



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MARIA SHEILA RODRIGUES DO NASCIMENTO

**RÁDIO 25 DE MAIO: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA EXPERIÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO DO ASSENTAMENTO**

FORTALEZA

2013

MARIA SHEILA RODRIGUES DO NASCIMENTO

RÁDIO 25 DE MAIO: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA EXPERIÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, sob a orientação da Professora Doutora Catarina Tereza Farias de Oliveira.

Fortaleza

2013

MARIA SHEILA RODRIGUES DO NASCIMENTO

RÁDIO 25 DE MAIO: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA EXPERIÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ms. Thalles Gomes Camelo (Membro)
Universidade Federal de Alagoas (UFA)

Profa. Claudiana Nogueira de Alencar (membro)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Klycia Fontenele Oliveira (membro)
Faculdade Cearense (FAC)

Fortaleza

2013

Dedico à luta das mulheres contra todas as formas de dominação. Por ousarem sonhar e buscar concretizar, de fato, uma sociedade igualitária.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por todas as conquistas pessoais e coletivas e pelos anos de aprendizados em luta. Foi neste movimento que entendi o sentido da luta pela justiça social e é nesta causa que continuou acreditando, independente das dificuldades encontradas no caminho.

Aos meus pais, Luís Felipe e Iracir Rodrigues, irmãos e irmãs, Lúcia, Neila, Wellington, Marluci e Henrique, pelo amor incondicional. Ser a primeira da família a cursar numa universidade pública tem para todos nós um significado especial. À minha segunda família, esposo e parentes, por me acolherem por anos em sua casa como filha.

Às mulheres Sem Terra que sempre me inspiraram a continuar na luta. Algumas em especial me ensinam que, para mudar a sociedade, é preciso forjar a igualdade entre homens e mulheres diariamente.

Não posso deixar de citar Maria Lima, exemplo de firmeza ideológica nesses tempos tão difíceis de exercer a crença na luta pela sociedade dos sonhos e, tantas lutadoras que ajudaram a construir este movimento: Fátima Ribeiro, Maria de Jesus, Nenen, Lourdes, Deuzália, Vilanice, Jacinta, Dona D, Jesus, Chiquinha Louvado, às mulheres da luta da nova geração e companheiras do Jornalismo da Terra.

À Catarina Oliveira, minha orientadora querida, que sempre foi uma motivadora. Obrigada por estimular esta tímida a buscar por novos desafios acadêmicos. Você foi mais que professora. Foi companheira nessa caminhada.

À Universidade, na pessoa da professora Márcia Vidal e do professor Ronaldo Salgado, pela garra com que conduziram o curso diante de tantas adversidades. Aos professores, cada um trouxe sua contribuição no processo de aprendizagem. Aos monitores por compartilharem conhecimentos.

À Coordenação Político Pedagógico do curso que, apesar de muitas tarefas do movimento, buscou estar presente sempre que possível. À turma, pelos anos de convívio. Apesar dos problemas e conflitos, todos tinham em comum os objetivos e a organização ao qual pertencemos.

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde seu surgimento, lida com a comunicação para a divulgação de suas lutas e conquistas. Na busca por fazer o contraponto às mídias hegemônicas, o MST vem ao longo de anos construindo suas próprias mídias, como é o caso das rádios comunitárias e rádios livres. A comunicação é vista como importante ferramenta nos conflitos ideológicos, e a rádio tem esse poder, pois além de chegar ao público ligado ao movimento, também, consegue chegar a outras pessoas. Esta pesquisa faz uma abordagem sobre como essas mídias, nesse caso, a rádio do assentamento 25 de Maio, constrói e reconstrói valores do movimento social em especial nas questões ligada ao papel feminino. Para isso, partimos da análise da programação e da participação das mulheres que atuam ou atuaram na rádio. Perceber de que forma as mulheres do assentamento participam, influenciam e são influenciadas pelo conteúdo da rádio é um dos objetivos deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação popular, gênero, rádios comunitárias, Movimento Sem Terra.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABOLA - Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar
CEB'S – Comunidades Eclesiais de Base
CORA-LIBRA - Cooperativa de Rádios Livres do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JST – Jornal Sem Terra
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
RST - Revista Sem Terra
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC – Técnico em Administração de Cooperativas
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNE – União Nacional dos Estudantes

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
1 RÁDIOS COMUNITÁRIAS: PAPEL E APRENDIZADOS	13
1.1 Comunicação e os movimentos sociais	13
1.2 Rádios Comunitárias	17
1.3 A história da luta pela terra e a criação do MST no Ceará.....	21
1.3.1 As mulheres na organização do assentamento.....	22
1.3.2 A criação do assentamento 25 de Maio: pensando a comunicação.....	24
1.4 A história da rádio livre 25 de maio.....	28
1.5 A produção radiofônica na rádio 25 de Maio FM	30
1.6 A Rádio 25 de Maio hoje em dia.....	344
2 COMUNICAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO	388
2.1 Conceituando as relações de gênero.....	38
2.2 As relações de Gênero no MST.....	40
2.3 Direito à comunicação e a igualdade de gênero	43
2.4 Mídia e construção simbólica da imagem da mulher	44
2.5 As mulheres nas experiências de comunicação popular.....	46
2.5.1 As experiências de comunicação do MST.....	50
3. MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DA RTÁDIO 25 DE MAIO FM	522
3.1 Pensando as questões metodológicas	52
3.2 Retrato escrito.....	55
3.3 As relações de gênero na família.....	61
3.4 Mulheres refletindo sobre a própria prática.....	61
3.5 Programas musicais: reflexões sobre o discurso machista das canções	66
3.6 Como a comunicação pode fortalecer a participação e valorização da mulher.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
Referências Bibliográficas.....	74
ANEXOS.....	77

INTRODUÇÃO

O processo de construção desta pesquisa tem relação com a minha trajetória militante dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Filha de agricultores do Assentamento Santa Bárbara¹, município de Caucaia, a 78 km de Fortaleza, tive meu primeiro contato com a luta pela terra aos 13 anos de idade quando se mudou para o pré-assentamento com a família em 1996.

A ida para o assentamento teve um significado importante. Foi a partir de então que foi possível retomar os estudos, parados por dois anos, na quarta série. Na escola onde eu estudava, não havia outras séries. Para continuar os estudos, era preciso me deslocar até a sede do município de Caucaia pagando passagens diariamente, o que ficou impossível devido às condições financeiras da minha família.

Ao chegar ao assentamento, a comunidade tinha garantido o ônibus para levar os estudantes do ensino fundamental e médio para a escola fora do assentamento. Assim foi possível retomar os estudos.

No tempo livre, os jovens eram convidados a participar de um grupo de apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no qual tínhamos como tarefa ajudar no aprendizado dos alunos, pensar metodologias de ensino e substituir os professores na ausência por motivo de capacitações.

Pouco tempo depois, comecei a participar dos cursos de formação do MST. Foi essa a porta de entrada para a minha militância. Particpei de cursos de capacitação para educação com ênfase nas teorias de Paulo Freire, cursos de formação de militante, curso de jovens, curso prolongado², entre outros. Em 2003 fui indicada pelo movimento para participar do Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) em Veranópolis, Rio Grande do Sul.

¹ O assentamento Santa Bárbara foi criado oficialmente em 14 de outubro de 1996.

² Curso Prolongado tem a duração de três meses. No período, são realizados estudos políticos das questões agrárias, análise da conjuntura brasileira, estudo dos clássicos da luta pela terra e tem como objetivo capacitar militantes para a atuação política.

Depois de concluído o TAC, fui coordenar a equipe de assistência técnica no Assentamento 25 de Maio e, logo depois, assumi a tarefa de dirigente daquela região. Atuei no 25 de Maio de 2005 a 2007 quando vim para Fortaleza atuar numa cooperativa do MST, onde estou até hoje.

Em síntese, essa trajetória explica minha relação íntima com a realidade pesquisada, meu envolvimento de anos com o movimento social em questão. Com isso, quero deixar explícita a minha perspectiva de pesquisa a seguir.

O presente trabalho é resultado de um esforço que busca compreender como se dá a participação da mulher na experiência de comunicação da rádio 25 de Maio FM, situada na comunidade Quieto, assentamento 25 de Maio, município de Madalena, Ceará.

O interesse por estudar as mulheres do MST não é recente. Em outro momento, analisei a participação da mulher na produção no assentamento Lagoa do Mineiro. Desta vez, interessei-me por perceber a atuação da mulher na primeira rádio livre do Movimento Sem Terra no Ceará.

Pesquisar a mulher no assentamento é uma forma de tentar visualizar a luta cotidiana das mulheres nos espaços de poder. Desde antes do surgimento do MST no Ceará, as mulheres estavam na luta, através de outros movimento como, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Na luta pela terra também era forte a participação da mulher, tanto em âmbito familiar, na comunidade ou em níveis estadual e nacional.

No decorrer dos anos, mesmo com a conquista da terra, as mulheres precisavam continuar lutando para se firmarem nos espaços de poder e conciliar a vida política às múltiplas tarefas do dia a dia. Retratar a atuação dessas mulheres é uma tarefa política, pois a busca por uma sociedade igualitária só será possível com a igualdade de gênero.

Para atingir esse objetivo busquei analisar a programação da rádio, para avaliar de que maneira a programação aborda as relações de gênero, fortalecendo ou não valores machistas e se esses, de alguma forma, consolidam padrões divulgados nos meios de comunicação hegemônicos como: mulher objeto entre outros. Perceber de que forma as mulheres do assentamento participam, influenciam e são influenciadas pelo conteúdo da rádio e, por fim, contribuir para a reflexão do papel das mídias na valorização das mulheres.

Ao longo dos anos, os movimentos sociais vêm sentindo a necessidade de criar seus próprios meios de comunicação. Essa é uma das formas de se contrapor às mídias

hegemônicas que, nos últimos tempos, têm veiculado informações que, certamente, não retratam a essência dessas organizações.

Os meios de comunicação, denominados por múltiplos conceitos como alternativos, comunitários ou populares, tornam-se uma forma de divulgação das lutas e dos ideais da classe trabalhadora, já que, um dos diferenciais dos meios de comunicação dos movimentos sociais são, principalmente, seu conteúdo e sua programação, bem como, as formas de construção e participação nestes veículos.

Uma das características das rádios comerciais é que estas têm a sua programação voltada para o entretenimento. Para isso, as músicas de conteúdo machista são veiculadas de forma excessiva, o que fortalece preconceitos e desrespeito com as mulheres.

Dessa maneira, analisei de que forma essas mídias alternativas, comunitárias e/ou populares produzem e divulgam novos conteúdos que fortaleçam a identidade local e a valorização de seus sujeitos, nesse caso as mulheres e como estas influenciam e são influenciadas com sua atuação na comunicação.

É interesse nesta pesquisa verificar em que medida as rádios comunitárias/ populares modificam ou não o teor de tratamento dado à temática de gênero, tratado cotidianamente de forma hegemônica e machista nas emissoras comerciais. Os meios de comunicação populares não estão livres de reproduzirem, mesmo que sem esse propósito, alguns valores da classe dominante.

Para atingirmos esses objetivos optei pela metodologia da pesquisa participante por entender que, como militante, não poderia ficar só no campo da compreensão/observação/análise da realidade. Deveria intervir de alguma forma. Essa intervenção se apresenta concretamente, através da oficina que realizei com as mulheres comunicadoras num momento de reflexão crítica/construtiva da experiência vivenciada por elas no decorrer desses anos.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, “Rádios comunitárias: papel e aprendizados”, apresentamos as reflexões teóricas sobre os conceitos de comunicação como, por exemplo, alternativa e popular e as lições das experiências de comunicação dos movimentos sociais.

O segundo capítulo, Comunicação e Igualdade de Gênero, procura conceituar as diferentes concepções de gênero e as relações entre homens e mulheres no atual contexto, quando a sociedade se regula por normativas estruturadas pelo sistema capitalista e patriarcal.

Nesta parte do trabalho, buscamos enfatizar que a luta pela igualdade de gênero está intimamente ligada à luta pela transformação social, por isso, na luta pela terra o debate faz-se necessário, pois se trata da vida familiar, que é o espaço no qual primeiro se manifestam as desigualdades de gênero e a hierarquia típica do modelo familiar patriarcal. A comunicação, assim como os espaços da esfera da política e da esfera econômica, também é um espaço de poder.

No último capítulo, apresento mais detalhadamente as atividades realizadas com as mulheres da comunidade Quieto, umas das doze comunidades do assentamento 25 de Maio, localizado no município de Madalena, Ceará, como a análise sobre a própria experiência, a atuação na comunicação, a importância do programa voltado para as mulheres e a reflexão crítica sobre o conteúdo musical.

Nas conclusões da pesquisa apontamos para necessidade do acompanhamento efetivo na rádio por parte do MST por entender que as transformações sociais são mudança culturais e a comunicação deve ser uma importante ferramenta nos conflitos ideológicos e na construção de novos valores.

1 RÁDIOS COMUNITÁRIAS: PAPEL E APRENDIZADOS

1.1 Comunicação e os movimentos sociais

As formas de opressão à mulher são muitas vezes legitimadas pelos meios de comunicação de massa em seus diversos produtos: novelas, coberturas jornalísticas, bem como, através de conteúdos musicais difundidos pela indústria fonográfica. Sabemos que uma menor parte da produção da indústria cultural apresenta críticas a esta representação opressora da figura feminina.

Entretanto, esta postura mais crítica e comprometida muitas vezes não se encaixa à lógica da sociedade de consumo no sistema capitalista. Não é difícil ouvir, de forma implícita e explícita, termos e músicas que representam a imagem das mulheres de forma preconceituosa e depreciativa, mesmo que, muitas vezes, os produtores desse tipo de música não admitam o machismo envolto nos conteúdos. Isso se deve ao fato de que, em muitas canções, são as mulheres quem cantam músicas de dominação aos homens. Alencar (2012) em estudo sobre “As apropriações culturais, atos de fala violentos e violência de gênero na constituição do popular”, analisa que:

Embora apareça como uma feição inovadora, o jogo de linguagem do forró eletrônico traz em sua gramática constituinte de suas regras os mesmos atos de fala que designam homens e mulheres como identidades conservadoras fixas, presentes na prática do forró tradicional, embora o novo jogo de linguagem explicita mais as relações de posse do homem através das simulações do ato sexual e da pornografia mal dissimuladas nas canções (ALENCAR, 2012, p. 1).

Nos últimos anos, deparamos-nos com conteúdos de músicas que demonstram uma inversão dos papéis. Apresentam-se letras com um discurso inverso, em que as mulheres são as protagonistas do machismo às avessas e os homens como as “vítimas” das mulheres. Na essência, mantém-se a mesma relação desigual.

Ao invés de proporem uma igualdade de gênero, algumas composições apresentam disputas entre homens e mulheres, num embate em que o sexo feminino vai além da igualdade proposta pelo movimento feminista. Assim, essas composições convocariam a uma disputa sexista em que ela tenta sobrepor-se a ele, reproduzindo a lógica tida como “machista”, mas às avessas (BRAGA, 2012, p. 2).

Braga (2012, p.5) acrescenta ainda, que “imersos em uma sociedade patriarcal, mulheres e homens demonstram construir discursos supostamente revolucionários, mas que

congregam lógicas consideradas machistas”. Dessa forma, o nosso desafio é analisar de que forma os meios de comunicação alternativos reproduzem, ou não, essa tendência típica dos meios de comunicação de massa e da indústria fonográfica.

Para isso, é importante pesquisar a luz de alguns teóricos que já abordam essas questões. Peruzzo (2002) é uma das autoras que tem se dedicado a conceituar a comunicação alternativa e popular. A autora trabalha este conceito a partir de uma perspectiva histórica. Antes de nomear a comunicação popular, a pesquisadora nos traz a definição de comunicação alternativa:

No Brasil, a expressão “imprensa alternativa” tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo monopólio informativo. Também chamada de “nanica”, foi lançada no mercado a partir da década de sessenta na condição de monopólio informativo (PERUZZO, 2002, p.120).

Para alguns autores, a imprensa alternativa foi uma expressão da burguesia contrária à repressão militar no período da ditadura (PERUZZO, 2002). Mas, é possível afirmar, também, que a comunicação alternativa teve papel importante como ferramenta dos movimentos sociais da classe trabalhadora em suas ações políticas. No período recente da história do país, na ditadura militar, os jornalistas desempenharam papel importante como críticos do modelo vigente.

Apesar de expressarem muito mais um jornalismo opinativo do tipo praticado por pequenos jornais até a crise de 30, ou, como observa André de Seguin Hons, «tendências de esquerda que se dirigem a elites operárias e intelectuais», esse conjunto de jornais e revistas constituíam, com organizações e movimentos a eles ligados, uma esfera pública alternativa à esfera pública burguesa (KUCISNKI, 2009, p. 10).

Ou seja, a imprensa alternativa como o nome já diz cumpriu com a tarefa histórica de ser a porta voz dos que tiveram negado o acesso às mídias convencionais que estavam à mercê dos interesses políticos e econômicos de um grupo dominante. Alguns teóricos analisam que a comunicação popular está dentro de uma das categorias da imprensa alternativa tendo como diferenciais somente os adjetivos. No entanto, outros estudiosos detalham a comunicação popular como sendo a comunicação feita a partir do povo e para o povo. Para Peruzzo (2002, p.116).

Quando se fala em comunicação popular, parece claro, à primeira vista, que se trata de uma comunicação do povo. Mas o adjetivo “popular” abrange uma multiplicidade de significados diferentes, sendo consensual apenas que tem a

ver com “povo”. Assim, é da definição de “povo” que se parte para explicitar o que é “popular”, embora essa categoria encerre a mesma problemática, podendo ser compreendida de várias maneiras.

Existem também, várias abordagens do que seria “povo”. Dos conceitos citados pela autora nos aproximamos mais da definição de povo na perspectiva dos movimentos sociais³. “Povo são as classes subalternas, submissas, econômica e politicamente, às classes dominantes” (PERUZZO, 2002, p.117). Assim pressupomos que essa imprensa é produzida a partir dos anseios desses sujeitos.

Uma corrente de pensamento, popular – alternativo, defende que “o popular situa-se no universo dos movimentos sociais” (PERUZZO, 2002, p.119). Portanto, a comunicação popular forja-se nas ações desses movimentos contra as formas de dominação da classe trabalhadora.

Dessa forma, a conceituação de comunicação popular se diferencia da nomeação para comunicação alternativa porque na comunicação popular a feitura das práticas já é realizada por pessoas das classes populares e não mais apenas por intelectuais, militantes de partidos de esquerda e jornalistas.

Ela ocupa-se da comunicação no contexto de organizações e movimentos sociais vinculados à classes subalternas ou, como dizem enfaticamente, da comunicação “ligada à luta do povo” por melhores condições de existência e pela emancipação, mediante movimentos de base organizados (PERUZZO, 2002, p.119).

Essa forma de fazer a comunicação cumpre, ainda, com o papel de formadora. “É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida” (PERUZZO, 2002, p.125).

A comunicação popular tem sua essência no povo como protagonista e os meios de comunicação são as ferramentas das organizações para a divulgação de seus ideais. “E assim os movimentos sociais populares, apesar de suas limitações, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania” (PERUZZO, 2002, p. 37).

No caso do MST não é diferente, logo nos primeiros anos de surgimento da organização, no estado do Rio Grande do Sul, a necessidade de divulgação interna e externa das ações fez surgir o primeiro meio de comunicação, o boletim informativo.

³ Na visão marxista, com a qual concordo, a sociedade se divide em classes sociais. Nós do MST nós definimos como parte da classe trabalhadora, explorada que tem como objetivo uma sociedade socialista.

Daqueles tempos até os dias de hoje, o movimento vem ampliando e qualificando seus meios de comunicação. O informativo que surgiu em 1984 deu origem posteriormente ao Jornal Sem Terra (JST), instrumento que surge com o objetivo de ajudar a organizar a base do MST com distribuição nacional.

O Site do MST (<http://www.mst.org.br/>) surgiu em 1996, tornando-se uma forma de atualizar as informações do MST frente às informações lançadas pela mídia hegemônica. A Revista Sem Terra (RST) foi lançada em 1997 com distribuição bimestral tendo como intuito fazer o diálogo com o público de apoiadores e formadores de opinião. Seu formato tem como diferencial termos mais complexos e análises mais aprofundadas.

Além dos instrumentos de comunicação anteriores, o movimento tem importante atuação no Jornal Brasil de Fato, que trata de questões gerais, incluindo a Reforma Agrária. Podemos citar ainda, as manifestações de agitação e propaganda que acontecem, na maioria das vezes, em ações que requerem maior repercussão como marchas e mobilizações.

A criação das rádios comunitárias é algo fundamental devido à sua abrangência. O MST também tem vivenciado experiências de rádios comunitárias em, todo o Brasil, mas ainda em números pequenos de experiências.

O rádio tem o poder de alcançar aqueles que não sabem ler e escrever, podendo ser importante ferramenta de formação política. Para os camponeses, é bem mais acessível ouvir o rádio que ter acesso a jornais impressos e livros. Por esse motivo, nosso objeto é a rádio 25 de Maio com a ênfase já destacada na análise da produção musical em torno da representação sobre a mulher.

Por último, em janeiro de 2013 o MST lançou o site Sem Terrinha, como forma de ampliar a visibilidade às ações voltadas ao público infantil que já tinha um espaço no jornal e na Revista Sem Terra. Dessa forma, percebemos uma preocupação em trabalhar de forma pedagógica e ideológica a formação crítica desde a infância.

No caso dos movimentos sociais, a mídia (nesse caso específico às rádios) se configura como uma alternativa de debate ideológico⁴ na qual se discutem projetos de

⁴ De acordo Mauro Iasi (2007), “a ideologia não pode ser compreendida como um conjunto de ideias que, pelos mais diferentes meios são introduzidos na cabeça dos indivíduos”.

Ou seja, para o pensamento Marxista (materialismo dialético), “é um conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse

sociedade. A opção pelas rádios comunitárias é uma forma de “ocupar o latifúndio do ar” já que uma organização social precisa divulgar suas ações e, mais que isso, precisa se contrapor a ideologia dominante.

Portanto, além da comunicação ser vista como uma ferramenta para uma “demarcação” de posição ou para dar respostas à mídia dominante difundindo informações diferenciadas, também é vista como um espaço de conformação de novas formas de sociabilidades (BARRETO, 2009, p.25).

Com esses destaques da trajetória do MST com a comunicação percebemos que o movimento faz a disputa política, também, no campo das comunicações. É importante perceber como esses veículos propiciam o debate sobre a democratização e das novas relações, já que uma das características principais das mídias hegemônicas é, justamente, a forte tendência em se distanciar da valorização dos sujeitos.

1.2 Rádios Comunitárias

No decorrer da história brasileira, principalmente depois da década de 1960, as rádios comunitárias têm passado por mudanças que podem ser percebidas como uma maior aproximação das organizações sociais com esses veículos de comunicação, o que lhes dá um caráter político ainda mais forte devido a suas reivindicações e denúncias.

A radiodifusão comunitária nasceu oficialmente no Brasil com a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. De acordo com essa legislação, seria um serviço de rádios locais de baixa potência (limite de 25 watts) e com cobertura restrita (posteriormente estabelecida pelo Decreto 2.615/989 em um raio máximo de 1 km). Poderiam se habilitar à prestação do serviço exclusivamente associações ou fundações comunitárias com atividade na área na qual seria instalada a emissora (NUNES, 2007, p.17).

Essas experiências ganharam força com o primeiro encontro de Rádios livres. “Em 1986 realizou-se no Circo Voador, no Rio de Janeiro, um evento festivo que representou a primeira tentativa de reunir as rádios livres” (OLIVEIRA, 2002). Como resultado houve a criação da Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar, ABOLA, e a Cooperativa de Rádios Livres do Brasil, CORA-LIBRA.

Mas foi “Em 1989 que a diretoria da União Nacional dos Estudantes, UNE, organizou o I Encontro Nacional de Rádios Livres com a participação de dez representantes de estados” (OLIVEIRA, 2002, p. 65). Isso ocasionou a criação dos comitês pela democratização da comunicação que fez surgir a criação do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), já que, até então,

Todas as práticas nesse período eram vivenciadas por jovens amantes da tecnologia, predominando na programação das emissoras o senso de ironia. Entretanto, durante a década de 80 começaram a surgir experiências isoladas de rádios livres organizadas por sindicatos e por segmentos do movimento popular nos bairros de periferia (OLIVEIRA, 2002, p.65).

Apesar de a existência de experiências de comunicação alternativa datar desde 1922 em alguns países. No Brasil, os registros dão conta de que a comunicação popular ganha força por volta da década de 1980 e coincidiram com o fortalecimento dos movimentos populares como descreve Nunes (2004). Ao discorrer sobre a trajetória das rádios comunitárias destaca as instâncias que cercam as rádios comunitárias na sua constituição:

Herdeiras das experiências das rádios livres na Europa e das experiências do Movimento de Educação de Base (MEB) e das radiadoras populares no Brasil, as rádios comunitárias mesclam-se aos movimentos sociais e comunitários. Relacionam-se assim, com instâncias políticas como o Estado, sendo alvo de reivindicações e embates econômicos, à medida que concorrem com rádios comerciais e as instâncias de solidariedade e de circulação dos laços sociais que animam um segmento, ainda que restritamente (NUNES, 2004, p. 61).

Para alguns autores as rádios comunitárias eram consideradas anteriormente como rádios livres como afirma Nunes (*apud* NAHRA, 1988, p. 110-111) ao explicar que,

[...] pode considerar as rádios comunitárias como rádios livres, especialmente se atentarmos para o fato de que propiciam um contato mais estreito, próximo, íntimo, entre os ouvintes e pessoal da emissora permitindo também a participação direta dos vizinhos nos programas transmitidos (NUNES, 2004, p.61).

As rádios comunitárias estão inseridas dentro da definição da comunicação popular, feita pelo e para o povo como explicamos anteriormente. “Assim, há que se tomar a comunicação popular em seu entorno, onde, necessariamente, ela será captada não como uma ilha isolada, mas como algo que tem suas especificidades e se relaciona com a sociedade, convive com ela e dela usufrui mais amplamente” e que, portanto sofre influências do meio onde está inserida (PERUZZO, 2002, p.135). Nesse sentido, a autora destaca:

Foi em novembro de 1995 que se institucionalizou o termo “rádio comunitária”, no I encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e tem programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência (PERUZZO, 1998, p. 252).

Para falarmos da rádio comunitária, porém, é importante antes refletir um pouco sobre o conceito de comunidade. Esse conceito tem passado por mudanças ao longo do tempo e vem sofrendo influências da tecnologia e da própria globalização. O que antes era caracterizado pela proximidade geográfica, atualmente é influenciado por outras situações como explica Nunes (*apud* CANCLINI, 2004, p. 61).

As sociedades civis aparecem cada vez menos como comunidades nacionais, como unidades territoriais, linguísticas e políticas; manifestam-se, principalmente, como comunidades hermenêuticas de consumidores, ou melhor, como conjuntos de pessoas que compartilham gostos e pactos de leitura em relação a certos bens (gastronômicos, desportivos, musicais), que lhes fornecem identidades comuns. Nunes (*apud* CANCLINI, 2004, p. 61).

A autora analisa que essas sociedades se caracterizam pelo consumo de produtos simbólicos. No entanto, é importante ressaltar, que esses gostos, em alguns casos, ultrapassam os gostos de consumo. Podem também se dar devido ao sentido político e ideológico comum entre esses sujeitos. É o que se verifica na maioria das rádios que se propõem ser comunitárias proporcionando maior participação.

São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todas as matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de maneira organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários a estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação e assim por diante (NUNES, 2004, p.61).

Infelizmente, muitas rádios intituladas como comunitárias não passam de fachada para abrigar interesses individuais e partidários. Nunes (2004) faz um estudo aprofundado sobre essa questão no trabalho intitulado “As rádios comunitárias nas Campanhas eleitorais: Exercício da cidadania ou instrumentalização” e aponta que:

Atualmente, existem rádios dos mais variados formatos, desde comercial-musical, comercial-evangélicas, comunitária-autogestionárias, de bairro, de universidade, de grupos culturais, anarquistas, de movimentos musicais, de minorias e muitas outras (NUNES, 1995, p. 172).

Isso ocorre devido à legislação (Lei n. 9612) de fevereiro de 1998 que restringe a transmissão para os meios populares. Entre os impedimentos está a limitação da abrangência e burocratização para efetivar a liberação de concessões. Dessa forma, fortalecem os meios de comunicação com outros fins.

[...] definindo regras de participação de redes, impedindo a utilização de publicidade, praticamente inviabilizou a existência da maior parte das experiências comunitárias, favorecendo na prática, a sobrevivência das emissoras ligadas a

políticos e comerciantes, que são as que estão recebendo autorização para funcionamento legalizado em sua maioria (NUNES, 2004, p.65).

Considerando essas questões, entretanto, é preciso levar em conta que a rádio comunitária se diferencia da rádio comercial devido a algumas características como o compromisso político com uma causa, a singularidade na produção do conteúdo produzido e na participação da comunidade.

Podemos dizer que as características fundamentais que se observam na rádio comunitária são: a forma de condução, planejamento, participação e gestão. Peruzzo (1998, p. 252) nos ajuda nessa compreensão: “Comunitária seriam aquelas que, tendo por finalidade primordial servir à comunidade, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania”.

Peruzzo (1998, p. 257) cita outros pontos importantes na definição da rádio comunitária: a) sem fins lucrativos b) programação comunitária c) gestão coletiva d) interatividade e) valorização da cultura local f) compromisso com a cidadania g) democratização da comunicação. E ainda, o direito à participação.

No entanto, Oliveira (2002, p. 65-66) explica que “a definição das rádios comunitárias é dada por sua proposta e funcionamento e não somente pelas descrições das características ou competência técnica dessas práticas”. A autora chama atenção para uma leitura cultural no sentido de acompanhar [...] “o movimento da cultura no espaço dos setores populares, o modo como fazem comunicação e a forma como essa comunicação é vivida pelos ouvintes” (OLIVEIRA 2002 p. 65-66).

As rádios comunitárias em geral, e também no caso da 25 de Maio, criam pactos com seus ouvintes que, na maioria das vezes, já se identificam com a ideologia dos produtores e com as organizações que a conduzem politicamente. “Enquanto instrumento ou porta-voz, é apropriada como um meio a serviço da ideologia⁵” (GUINDANI, 2011 p.1).

⁵ De acordo Mauro Iasi (2007), “a ideologia não pode ser compreendida como um conjunto de ideias que, pelos mais diferentes meios são introduzidos na cabeça dos indivíduos”. Ou seja, para o pensamento Marxista (materialismo dialético), “é um conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe” (<http://www.brasilecola.com/filosofia/ideologia-marxista.htm>), acessado em 15/12/2013.

Quando analisamos rádios comunitárias devemos buscar compreender que essa representa a visão de um grupo social. É sobre as rádios comunitárias e suas contribuições comunicativas que trata este trabalho. É nosso interesse verificar e compreender as marcas sociais e comunicativas da proposta comunicacional da rádio 25 e Maio, problematizando de que forma essa emissora trata a questão da mulher. Isso porque o próprio MST tem setores de gênero em todo o país, entretanto, como suas emissoras se relacionam com essa problemática?

1.3 A história da luta pela terra e a criação do MST no Ceará

Antes de começarmos a entender a história da rádio, é necessário perceber em que contexto esta se encontra. Para isso vamos retomar a trajetória do MST e do assentamento 25 de Maio desde o surgimento até os dias de hoje.

No estado do Ceará houve vários conflitos pela terra. Aqui, destacam-se as lutas que ocorreram a partir da década de 1960. Esses conflitos aconteciam, na maioria das vezes, no interior das fazendas e, por isso, sem grandes repercussões. Nesse período, o Brasil vivenciava momentos de forte repressão devido à Ditadura Militar em vigência naquela ocasião. No Ceará, os conflitos de maior repercussão acontecem a partir da década de 1970. Três desses conflitos são citados por Barreira (1992, p. 48.).

O primeiro conflito de terra aconteceu na fazenda Japuaara, localizada no município de Canindé⁶, sertão do Ceará, no ano de 1971 que durou cinco anos de batalha entre moradores/meeiros de terras contra os proprietários. Depois de sangrentos conflitos que terminou com a morte de cinco pessoas⁷, a fazenda foi, finalmente, desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tinha sido criado há pouco tempo. Japuaara foi a primeira área desapropriada do estado do Ceará.

O segundo conflito, de acordo com o autor, foi o da fazenda Monte Castelo, no município de Quixadá, em 1978. Neste caso, o conflito iniciou depois que as famílias moradoras tiveram duas de suas casas e cercas derrubadas, roçados destruídos e todas as porteiças da fazenda fechadas para impedir a entrada de pessoas como, por exemplo, os membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que realizavam trabalhos de evangelização baseados na Teologia da Libertação. Em 1982, houve a morte do gerente ocasionada por um grupo de trabalhadores quando era derrubada mais uma cerca. Em 1983, a

⁶Município do Estado do Ceará com maior concentração de assentamentos.

⁷ Um homem contratado para destruir casas e açudes, um trabalhador, um pistoleiro, um soldado e um agente da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS.

área foi desapropriada pelo Estado.

Houve outros conflitos no mesmo período, principalmente na região litoral, todos com motivos em comum: a concentração de terras, a exploração da mão de obra e a busca pela defesa do trabalho, ou seja, a luta pelos seus direitos que Barreira, (1992, p.79.) analisa como sendo, inicialmente, a luta pela aplicação das “leis” do governo. Leis que os incluíssem ou, pelo menos viabilizassem, um espaço para as lutas camponesas baseadas no Estatuto da Terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as CEBs tiveram papel fundamental na conscientização dos camponeses sobre situação de exploração em que estes eram submetidos.

Em todas essas experiências de lutas citadas, as mulheres tinham participação ativa. As mulheres sofrem de forma, igual ou maior, as consequências da opressão do latifúndio, seja nas dificuldades financeiras que atingem a família, seja pela maior repressão da mulher que a propriedade privada as condiciona. E é por isso, também, que nos conflitos agrários temos a comprovação de que a participação feminina é constante.

Em 1982, devido ao crescimento de conflitos agrários, a CPT realiza um Encontro Nacional em Goiânia com a participação de 16 estados para a troca de experiências de luta. No mesmo ano, essa coordenação com apoio da CPT, realiza outro Encontro onde surge a proposta de criar um movimento. Em 1984 realizam em Cascavel no Paraná, o primeiro Encontro Nacional com representações de estados do Nordeste, onde se dá origem ao MST.

Nesse encontro, participaram pelo estado do Ceará três representantes. Cabe destacar que havia três delegadas: Irmã Cleide, Irmã Tereza e Dona Maria Lima. Essas lideranças ao voltar para o estado ajudaram a organizar o MST na região de Madalena e Quixeramobim, juntamente com militantes de outros estados, entre eles: José Rainha Jr., Fátima Ribeiro e João Daniel. Estes deram início às articulações com entidades locais como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/ STR da região e os membros da CPT e CEBs, pois eram os que já tinham atuação nas áreas de conflito.

1.3.1 As mulheres na organização do assentamento

A chegada ao assentamento 25 de Maio não resolveu todos os problemas das mulheres como explica Maria Lima⁸, que diz que quando as mulheres chegaram na comunidade enfrentaram resistência por parte de algumas lideranças quanto a organizações dos coletivos.

⁸ Assentada no Assentamento 25 de Maio e militante do MST, Maria Lima começou sua atuação política na CPT.

Antes da ida para o assentamento, elas já se organizavam em grupos nas comunidades de origem. “A primeira associação de mulheres foi daqui. A gente já vinha organizada. A luta lá começou pelas mulheres tanto por alimentação como na igreja, nas CEBs. O Dom Rufino foi quem abriu as portas da igreja pra nós se organizar⁹”.

Algumas das mulheres que participavam do grupo em Juatama, distrito de Quixadá vieram para o assentamento. São elas: Maria Lima, Maria Alves, Alvanir Xavier, Creuza Alves, Lucimeire Paz, Tereza Martins e Raimunda Alves. Dona Maria diz que algumas dessas mulheres chegaram a ficar doentes depois da lida diária nas hortas e devido à idade.

Elas eram de frente de tudo e ainda são. Agora na igreja, renovada, porque as CEBs acalmou. Era uma luz e agora e foi ficando só uma chamazinha no fim do túnel. Aí agora tá recendendo tudo né! Com esse papa que chegou agora. Nossa igreja tá enchendo. Nós somos missionárias do jeito que nós começamos (Maria Lima em entrevista cedida em 28/10/2013).

Lima diz que ao chegar ao assentamento foi outra luta para as mulheres conseguirem se organizar devido ao machismo de algumas lideranças dentro do assentamento. Segundo ela, tinha que enfrentar a luta contra o latifúndio e outra dentro do assentamento. “Essa foi a pior”. Na comunidade Paus Branco existem três associações presididas por homens, mas a das mulheres sempre foi referência em produção. “Eles não sossegaram enquanto não pegaram o cata-vento. O João Maria e o Darlan da prefeitura foi quem vieram tirar [...] era tanta banana, coco, graviola, manga, verdura. Coisa mais linda do mundo” lamenta a assentada.



Imagem Dona Maria e o esposo (seu Hermes) na mandala do grupo de mulheres a (Fonte: arquivo pessoal Maria Lima).

⁹ Maria Lima em entrevista a autora em 28 outubro de 2013.

Atualmente, a experiência de produção está desativada e o grupo, que chegou a ter quarenta mulheres, continua seus trabalhos na igreja e na produção de fitoterápicos, detergente e sabão artesanal. “Essa foto é lembrança da mandala”, diz dona Maria ao mostrar a foto acima. “Pois é as mulheres vem resistindo ainda”, na fala da dona Maria ao fazer críticas às posturas de algumas lideranças do assentamento.

Mas Deus está do nosso lado até o fim. O evangelho nos diz pra ter coragem pra gente não baixar a cabeça pra essa sociedade injusta [...] Eu vou até o fim, eu comecei no caminho da religião e não adianta dizer que eu vou parar. Meu sonho de coletivo não se acabou. Nem se for com um grupo de quatro mulheres eu vou me organizar através de um trabalho. Eu quero ajudar. Nunca entrou um projeto aqui pra ajudar as mulheres e o meu sonho e o meu desejo é de continuar até o fim da minha vida. Porque enquanto eu tiver com meu sentido, minha memória, meu Deus eu busco todo dia pela minha libertação, da minha família e de nós todos (Depoimento Maria Lima em 28/10/2013).

Dona Rita, assentada e uma das radialistas da rádio 25 de Maio, diz que na comunidade Quieto também houve organização de mulheres, mas a iniciativa também encontrou resistência por parte de lideranças da cooperativa. “No começo as mulheres tinham um coletivo de produção de canteiro, fruteiras. Era um sacrifício aguar as plantas com balde d’água, mas eu achava muito bom”. Existiam grupos de mulheres nos Paus Brancos, São Joaquim e Quieto. Atualmente, as mulheres participam mais na igreja, na educação.

Com esses depoimentos é possível perceber que o machismo no assentamento, assim como em outras esferas da sociedade, está longe de ser superado, apesar de que as mulheres conseguem atuar em algumas instâncias do assentamento. Lucimeire Paz foi presidente do Conselho do assentamento em uma das gestões, até então era na maior parte das vezes composta por homens.

1.3.2 A criação do assentamento 25 de Maio: pensando a comunicação

Depois de um trabalho de base com apoio dos sindicatos e da CPT, acontece, no dia 25 de maio de 1989, a primeira ocupação que daria origem ao MST no Estado. A ocupação da Fazenda Reunidas São Joaquim¹⁰, localizada entre os municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem, até então, um dos maiores latifúndios da região, fruto de

¹⁰ O nome Reunidas São Joaquim se deve ao fato de que eram várias propriedades reunidas ou griladas pelo mesmo fazendeiro.

grilagens de terras, ocupava um total de 22.992,498 hectares de terra (mapas abaixo).



Imagem 1. Mapa município de Quixeramobim

Imagem 2. Mapa município de Madalena

Imagem 3. Mapa município de Boa Viagem

Fonte: Wikipédia

Marcos Paulo Campos Cavalcante (2011) em sua dissertação de mestrado “Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST” descreve como se deu a ação.

Em 1989, a mobilização realizada pelas lideranças locais e os enviados do movimento Sem Terra promoveu a ocupação que se deu na fazenda do general Wicar de Paula Pessoa. Os acontecimentos da madrugada do dia 25 de maio daquele ano, que contaram com cerca de 300 famílias oriundas das cidades de Quixadá, Quixeramobim, Canindé e Boa Viagem. O ocorrido constitui-se numa referência da luta política pela terra no Ceará (MELLO, 2011, p. 5,6).

Para pressionar o INCRA a desapropriar a área, parte das famílias deslocou-se para Fortaleza onde ocuparam a sede do órgão para, por meio de negociações, tentar acelerar o processo de Imissão de Posse, que já tinha decreto de desapropriação desde 1986. A assinatura da emissão de posse ocorreu em nove de junho de 1989.

O assentamento 25 de Maio é o primeiro e maior assentamento ligado ao MST no estado. Ao todo, moram quinhentas e oito famílias (mais de quatro mil habitantes). A antiga fazenda Reunidas São Joaquim, deu lugar a uma comunidade que importante para a economia do. O assentamento abastece o município com sua produção agropecuária.

O que antes era um grande latifúndio deu origem a doze comunidades rurais que juntas compõem o assentamento 25 de Maio. São elas: Paus Brancos, Paus Ferro, São Nicolau, Nova Vida I, Nova Vida II, Caiçara, Riacho do Mel, Quietos, São Joaquim, Perdição, Agreste e Vila

Angelim. Estas comunidades estão organizadas em associações, inclusive, associação de mulheres, uma cooperativa e um conselho político¹¹.

Uma das primeiras preocupações do assentamento depois de sua constituição foi quanto à organização interna dos trabalhos produtivos e organização política. Para isso, foi realizada uma capacitação chamada de “I Laboratório Organizacional de Terreno do Ceará” que, era na prática uma oficina de estudos teórico e prático para assentados (a) para planejar a organicidade do assentamento.

O laboratório, realizado por instituições Federais e do Estado como: o INCRA, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural Ceará (EMATERCE) e o MST tinha como meta “capacitar os camponeses para alcançar a consciência organizativa que permita criar e funcionar no assentamento uma grande empresa cooperativa destinada a produzir e administrar coletivamente o imóvel”¹². A atividade aconteceu no período de 23 de novembro a 22 de dezembro de 1989.

Nesse período, foram realizados 13 cursos. É importante ressaltar que no início do assentamento existia uma preocupação com a comunicação. Não é à toa que, entre os cursos escolhidos, estava o de datilografia, comunicação e jornalismo. Os demais cursos foram: veterinária, cabelereiro, articularia, corte e costura, pedreiro, horticultura, educação de adultos, pintura, elaboração de projetos, crochê e manicure.

Aqui vamos dá ênfase ao curso denominado jornalismo e comunicação popular, com carga horária de 17 horas. O curso tinha como objetivo “capacitar os camponeses na produção de material de comunicação, tendo em vista montar instrumentos de informação que auxilie a empresa [associação/cooperativa] na divulgação de suas atividades e na politização dos associados”¹³.

Entre os objetivos específicos:

a) Capacitar os camponeses em todas as fases de produção de jornal periódico, folhetos, convocatórios e informes; b) Possibilitar a apropriação de técnicas de

¹¹ O conselho do assentamento é composto por representantes de todas as comunidades e membros do MST da região. Os membros se reúnem mensalmente como forma de garantir o debate em torno das questões que dizem respeito ao todo do assentamento.

¹² Retirado do relatório laboratório.

¹³ Trecho retirado do plano de curso do documento “Memória do laboratório organizacional”.

impressão, tais como: fabricação de mimeógrafos, edições e matrizes; **c)** Propiciar aos camponeses a confecção de materiais visuais, tais como: cartazes e painéis; **d)** Capacitar os membros da empresa nas técnicas de impressão utilizando serigrafia em tecido (camisas, flâmulas, por exemplo) e papel (memória do laboratório organizacional).

No programa do curso jornalismo e comunicação estavam, entre as questões teóricas, temas como:

Localização teórica da profissão e do papel dos meios de comunicação de massa, teoria sobre produção de jornal e informativos, prática de confecção de jornal: a) Elaboração de notícias (matérias) b) Entrevistas c) Edição d) Diagramação e) Impressão f) Distribuição.

Além de prática de fabricação de mimeógrafo, introdução à técnica de confecção de recursos visuais e introdução à técnica de serigrafia. Como resultado do curso de comunicação, os quinze participantes da oficina apresentaram a produção em forma de jornal (anexo 4).

O primeiro jornal estava organizado em quatro laudas datilografadas ao preço de cinquenta centavos na moeda da época. No cabeçalho do jornal, estava escrito “Órgão Informativo da Empresa Cooperativa 25 de Maio” e período de 04 a 10 de dezembro de 1989. O jornal tinha como diretor responsável: José Bastos, dirigente do MST na época; Editor, José Rufino; Repórteres: Isaltina, Silvelena, Flávio, Maria Lima e Maria de Sousa.

Os títulos dos primeiros jornais eram: “Mais de mil alunos no mês de dezembro”¹⁴, além do espaço para poesia, divulgação de cursos, história da luta do assentamento, informes da cooperativa, anúncios e uma notícia internacional sobre o receio de uma terceira guerra mundial¹⁵. Outra matéria era intitulada “Guerrilheiros salvadorenos invadem capital do país”. O jornal estava organizado em conteúdos locais, nacionais e internacionais.

Nas demais edições tinham matérias sobre o laboratório, eleições presidenciais, mensagens e informes. O que chama atenção em uma das edições é o editorial do periódico de 22 a 31 de dezembro de 1989, intitulado “Voz e vez dos trabalhadores”.

Nós, que fazemos o jornal 25 de maio, queremos deixar bem claro o objetivo do mesmo ao longo da nossa caminhada. Caminhada esta, que será da luta em prol dos trabalhadores. Seremos um jornal de oposição que estará à disposição dos trabalhadores, não só deste assentamento como dos demais, para que eles reivindicuem, protestem e exijam seus direitos. Divulgaremos nossa empresa, a ECA, e lutaremos para que ela cresça conosco. Estaremos também, do lado daqueles

¹⁴ Em referência aos cursos do laboratório.

¹⁵ Notícia demonstrava preocupações com a queda do muro de Berlim.

trabalhadores que ainda trabalham para os patrões e por eles são explorados, conscientizando-os e incentivando-os para novas ocupações e conquistas. Diante dos resultados eleitorais obtidos, colocamos o nosso jornal a disposição dos trabalhadores de modo geral, que quiserem expressar o seu protesto pela escolha do nosso presidente. Estaremos elogiando o trabalho e a organização de nossa empresa, se isto realmente estiver acontecendo e, se for o caso, criticaremos os erros para que eles sejam consertados. Da mesma forma, se a empresa achar que trabalho do jornal está errado, aceitaremos as críticas e tentaremos reverter as falhas. Afinal, a empresa, o jornal e tudo o que tem nesta fazenda pertencem a todos nós. Agradecemos o apoio das instituições governamentais, ou não. Igualmente, publicaremos as falhas e o apoio negado de qualquer órgão que se recuse a nos ajudar. Finalizando, queremos esclarecer mais uma vez, que o nosso jornal tem compromisso único com os trabalhadores. Vamos lutar e crescer juntos, unidos numa só família. Por mais pesados que sejam os problemas, a força dos de 400 famílias conseguirá superá-las (Editorial do jornal, 1989, edição nº2).

Os jornais refletiam o contexto histórico e davam importância às questões relacionadas aos trabalhadores, tanto em âmbito local como nas demais regiões do Brasil e do mundo. No editorial é possível perceber que o objetivo do jornal era estar a serviço da classe trabalhadora.

Posteriormente, o assentamento instalou a primeira rádio poste do MST, também na comunidade Quieto, antes da implantação posterior da rádio 25 de Maio FM.

1.4 A história da rádio livre 25 de maio

Dezoito anos após a oficina sobre as técnicas de comunicação popular, a Rádio 25 de Maio FM foi inaugurada no assentamento 25 de Maio. O equipamento está instalado na comunidade do Quieto. É a primeira estrutura radiofônica do MST no estado do Ceará inaugurada em 23 de novembro de 2007.

Apesar de estar há pouco tempo em funcionamento, à rádio teve um longo processo anterior de debate até sua implantação. Começou quando o MST recebeu a proposta de Raúl Fernández, na época estudante de engenharia de telecomunicações da Espanha e apoiador do movimento, de conseguir recursos para a montagem da rádio.

Proposta aceita, Raúl elaborou um plano de trabalho com a finalidade de captar recursos e fazer da montagem da rádio seu trabalho de conclusão de curso da *Escola Universitária d'Enignyeria Tècnica Industrial de Terrassa* (Euetit). Conseguiu, então, o apoio financeiro do *Centre per a la Cooperación i el Desenvolupament de la Univerdidar Politècnica de Catalunya* e prefeitura da cidade de Réus (Espanha). Enquanto isso, no Brasil, o MST indicava o Ceará para receber a rádio, tendo em vista o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da comunicação. A escolha do assentamento deu-se por uma questão simbólica: a rádio seria instalada onde, há 20 anos, foi firmado o primeiro assentamento do Estado, o *25 de Maio* (BARRETO, 2009, p. 71).

O estado indicado foi o Ceará que deu início às discussões no setor de comunicação, na direção estadual do Movimento e também no assentamento 25 de Maio. Ficou a cargo da direção estadual da região fazer o debate no conselho do assentamento e na comunidade Paus Branco, local indicado para a instalação da rádio, por ser a maior comunidade e pela proximidade da sede do município. Inicialmente, houve boa receptividade da comunidade, mas o interesse não permaneceu quando foram esclarecidas as dificuldades para a regularização da rádio.

Além do mais, houve a interferência de lideranças que divergiam quanto à liberação do local para a rádio e, também, sobre o controle político desta. Cabe esclarecer que o debate em torno da rádio ficou concentrado mais nas lideranças que no conjunto dos (as) assentado (as). A rádio chegou a ser instalada, mas ficou parada por um ano.

[...] extraímos três pontos centrais para historicizar as dificuldade enfrentadas pelos idealizadores da rádio: a questão da estrutura do local, a relação com os presidentes das associações comunitária citadas por Raúl e a compreensão do papel da comunicação por parte dos assentados, questões que acabam sendo interligadas se considerarmos como integrantes da relação meio de comunicação comunitário e a comunidade. Tendo em vista que uma rádio só é, de fato, comunitária, caso seja compreendida pela comunidade como parte dela, caso a comunidade aproprie-se do veículo, o que vai desde a viabilização do seu funcionamento à produção do conteúdo [...] (BARRETO, 2009, p. 74).

Todos esses acontecimentos frustraram as expectativas do movimento e do próprio Raúl. Foi então que se rediscutiu no conselho um novo local para a instalação da rádio. O representante da comunidade Quieto, na época presidente do conselho, Antônio de Sousa Silva, conhecido como Sitônio, comprometeu-se a fazer o debate na sua comunidade.

A regularização da rádio foi outra exigência de um dos presidentes da comunidade. Algo bastante difícil devido às burocracias e aos empecilhos para garantir concessões para as experiências comunitárias. Para se conseguir a concessão de uma rádio comunitária o Movimento teria que percorrer um longo caminho e ainda teria que se adequar a uma série de exigências sem a garantia da permissão.

Nunes (2004) descreve que “no universo de 15 000 emissoras FM comunitárias que existe no Brasil atualmente, fica difícil precisar o número de emissoras organizadas por movimentos sociais e culturais populares”, (NUNES, p. 64). A maioria dessas, mesmo registradas como comunitárias, são controladas por políticos e empresários.

Na verdade, a outorga de uma rádio comunitária só é efetivada quando os processos, iniciados no Ministério das Comunicações passam pela Casa Civil / SRI, pela

Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, e um decreto legislativo é assinado pelo presidente do Congresso Nacional e publicado no *Diário do Oficial* da União (LIMA, LOPES, 2007, p. 7).

O movimento tem uma posição crítica diante da lei que regula a radiodifusão (lei 9.612 aprovada em 1998), nesse caso, especificamente devido à limitação de alcance, com a potência de apenas vinte e cinco *watts*. Dessa forma, não seria possível abranger nem mesmo todo o assentamento.

Mesmo com todas essas questões, a direção do movimento e da comunidade Quieto enviaram a documentação da rádio a fim de conseguir legalizá-la. Porém, não aguardaram retorno para efetivar o funcionamento. Decidiram levar adiante seu projeto de implantação da rádio e adotaram o termo rádio livre.

A rádio livre é aquela que, numa conjuntura ou não conflitiva, ocupa um espaço no dial dos receptores sem ter recebido a concessão de um canal, sendo por isso, também conhecida como “clandestina”, “pirata” ou “alternativa”. É normalmente operada por amadores, que entram no ar correndo todos os riscos previstos pela legislação, como sua prisão e o lacramento ou apreensão dos transmissores. Tem, ou não, uma linha política explícita, podendo tanto contemplar finalidades políticas, comerciais, lobísticas e até pornográficas quanto servir à comunidade ou a uma ideologia (PERUZZO, 1998, p. 216).

Os registros de rádios livres no Brasil são dos anos 1970, “uma época em que os meios de comunicação de massa estavam, de forma predominante, nas mãos de pessoas ou grupos privilegiados com a concessão de canais, por decisão unilateral do poder executivo federal”, (PERUZZO, 1998, p. 243). Estas eram constituídas basicamente por jovens.

As rádios livres tinham como finalidade protestar contra os meios de comunicação massivos e propagar uma liberdade de expressão frente aos meios hegemônicos da época, por isso, eram facilmente fechadas. “Hoje ela se apresenta sob várias formas, das comunitárias às independentes, entre as quais as de cunho puramente políticos” (PERUZZO, 1998, p. 252).

Vamos nos referir à 25 de Maio FM também como uma rádio comunitária, já que esta se adequa às características estudadas até aqui. O termo “Rádio Livre” tem uma conotação política e ideológica do que mesmo conceitual e técnica para o movimento.

1.5 A produção radiofônica na rádio 25 de Maio FM

A rádio 25 de Maio FM começou seu pleno funcionamento depois de uma oficina realizada pelo setor de comunicação do MST para jovens, na sua maioria, do assentamento. A atividade teve dois momentos. O primeiro teórico e o segundo mais técnico. Desde o

princípio, a rádio começou firmando seu caráter comunitário. Barreto (2009) afirma que o debate em torno da regularização da rádio, ajudou nessa compreensão.

Esse fator revela um elemento essencial para a caracterização da *Rádio 25 de Maio* como realmente comunitária: a apropriação da rádio por parte da comunidade Quieto. Outro momento que comprova o caráter coletivo da rádio reside na tentativa de superar o pouco conhecimento acerca da comunicação (BARRETO, 2009, p. 76).

A oficina foi fundamental para a motivação e mobilização de pessoal para desempenhar a função de comunicador. Até então, ninguém, além dos coordenadores do setor de comunicação, haviam tido algum contato com equipamentos de rádio. O acompanhamento dado pelo setor de comunicação também foi importante para o bom desempenho dos comunicadores.

Aí teve um curso tipo oficina pra escolher quem ficava na rádio e eu fiz essa oficina, foi até o Lázaro que estava junto com outras pessoas que sabia mexer na mesa de som e ensinar a gente a falar no microfone, tudo né! [...] No início foi muita gente mesmo participando. O povo estava muito bem incentivado a trabalhar na rádio. (Mariana Paiva em entrevista realizada em novembro de 2012).

Mariana dos Santos Paiva, de 19 anos, uma das jovens que participaram da oficina de capacitação em comunicação. Ananélia de Almeida Silva, também de 19 anos, também descreve sua experiência. “Eu participei da oficina, aí depois eu fui chamada pra fazer o programa dos sem terrinha. Aí depois eu passei pra outros programas.” explica¹⁶.

O movimento pensou nesse veículo como ferramenta estratégica de divulgação de sua ideologia, suas lutas, suas conquistas e reivindicações. Dessa forma, se propôs a trabalhar sua programação a partir dos interesses da comunidade e das linhas políticas do MST fazendo um contraponto às mídias hegemônicas. É o que esclarece o documento do setor de comunicação de janeiro de 2004, ao se referir às rádios comunitárias:

[...] para a nossa realidade, são o que possuímos de melhor no aspecto de alcance. Pela rádio, podemos explicar todos os problemas dos trabalhadores rurais e urbanos, incentivar a organização local, propagar notícias sobre as lutas desencadeadas na região, a repressão, denúncias. Sabemos que para nosso povo é mais fácil ouvir uma rádio do que ler um livro, por isso é um meio de comunicação com potencial para orientar a militância e nossa base. Mas que pode ser dispersada se tentar reproduzir as rádios comerciais, se não for utilizada como instrumento político, apenas com programação musical (MST¹⁷, 2004, p. 5).

A preocupação em dar uma função política e educativa para a rádio estava presente em seus idealizadores, justamente, para evitar reproduzir a metodologia e os conteúdos das rádios

¹⁶ Mariana e Ananélia participaram da rádio.

¹⁷ Documento MST “Preparar a Comunicação, Agitação e Propaganda”, Janeiro de 2004.

comerciais, o que perderia total sentido diante da proposta de comunicação do MST frente aos embates midiáticos a que enfrenta.

O MST, através da rádio 25 de Maio FM, procura quebrar com as normas legais quando instala um equipamento sem a concessão do estado. Mas, ao mesmo tempo, legitima-se pela demanda que o povo tem em se comunicar e pela busca de democratização da comunicação. Peruzzo, (2002) explica como se apresenta a comunicação num contexto de luta. “Ela apresenta-se então como forma de corresponder às necessidades de expressão e organização desse movimento de negação e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade nova” (p. 124). Estando assim, articulada com o processo de conscientização,

A comunicação tem o papel destinado de manter a unidade política e ideológica, em torno de programas, planos, símbolos, ideias, estratégias, táticas, assumindo uma missão na desmistificação na questão da “violência” do MST, tanto com a base, quanto com a sociedade em geral. Desta forma, a comunicação, agitação e propaganda têm papéis vitais dentro do MST e devem ser assumidos e concebidos como uma frente estratégica na luta de classes (MST¹⁸, 2004, p. 3).

Havia uma clara preocupação em fazer com que a rádio ajudasse a impulsionar a organicidade interna do assentamento e a difundir os valores pregados pelo MST. Isso fica bem claro desde o momento em que a rádio começa a funcionar incluindo na programação músicas do MST e debates sobre a Reforma Agrária.

Após ligar o aparelho de som e sintonizar a estação 95, 3 (FM), não tardará muito até que o ouvinte escute o *slogan*: “Rádio 25 de Maio FM. Uma emissora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que luta por justiça social e soberania popular!”. A proposta do veículo fica, por meio da chamada, bastante clara: divulgar o movimento e contribuir para uma mudança no olhar da população sobre ele. O *slogan* aponta que a luta do MST não é apenas pela Reforma Agrária, mas por justiça e soberania, palavras afirmativas, que ampliam o leque de reivindicações do movimento e, além disso, distanciam-se daquelas tão comuns ao repertório relacionado ao MST, como ocupação, invasão, luta, etc. (BARRETO, 2009, p. 78).

A programação, apesar de algumas alterações ao longo dos anos busca sempre se guiar pelo que foi pensado de início. Buscando ser diversificada, mas sem cair no convencional e, muito menos, sem deixar de lado seu papel de formador ideológico, tanto nos programas musicais como nos programas de debate e entrevista. A seguir, a grade de programação da rádio:

Grade de programação:

¹⁸ *Ibidem*.

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
05h	Manhã no Campo	Manhã no Campo	Manhã no Campo	Manhã no Campo	Manhã no Campo		
08h	Show da Reforma Agrária	Show da Reforma Agrária	Show da Reforma Agrária	Show da Reforma Agrária	Show da Reforma Agrária	Manhã no Campo	Manhã no Campo
09h30 min	Show da Manhã	Show da Manhã	Show da Manhã	Show da Manhã	Show da Manhã	Bate Bola	Bate Bola
11h00 min	Bate Bola	Bate Bola	Bate Bola	Bate Bola	Bate Bola	Programa Evangélico	Programa Evangélico
12h	Reforma Agrária em Debate	Reforma Agrária em Debate	Reforma Agrária em Debate	Reforma Agrária em Debate	Reforma Agrária em Debate		
14h	Programa Tarde Jovem	Programa Tarde Jovem	Programa Tarde Jovem	Programa Tarde Jovem	Programa Tarde Jovem	Show do Brega	Show do Brega
16h	Forrozão Popular	Forrozão Popular	Forrozão Popular	Forrozão Popular	Forrozão Popular		
18h	O Santo Terço	O Santo Terço	O Santo Terço	O Santo Terço	O Santo Terço		
19h	Falando ao Coração	Falando ao Coração	Falando ao Coração	Falando ao Coração	Falando ao Coração		Saudade não tem Idade

No domingo, há uma pequena alteração, incluindo o programa Saudade não tem Idade que vai de 19h00min às 21h00min. Na programação, o que chama atenção são os programas musicais. Sendo possível escutar das músicas do MST até as músicas de forró eletrônico. É importante ressaltar que a rádio é ouvida além dos limites do assentamento. Isso foi percebido e analisado por Barreto (2009), ao estudar a produção da rádio 25 de Maio.

Isto traz à tona uma discussão importante para a nossa pesquisa, que reside no debate do processo de apropriação dos elementos da Indústria cultural por parte de um movimento social bastante organizado e crítico, porém amplo e diversificado [...]. Gente que passou de simples receptor a produtor e, portanto, teve que aprender não só a usar instrumentos técnicos, superar dificuldades financeiras, mas também fazer mediações entre aquilo que o movimento defende e o que os ouvintes e os próprios produtores costumam consumir (BARRETO, 2009, p81).

Mesmo sem um aprofundamento teórico em torno dos debates da Indústria Cultural¹⁹ por parte dos comunicadores locais, estes vêm desenvolvendo uma espécie de negociação com os ouvintes, buscando assim, fazer uma programação mais crítica e voltada à cultura local.

Aliás, essa não é uma tarefa fácil, pois os meios de comunicação do MST surgem com a tarefa política de suprir certas necessidades de cunho político e ideológico, mas acabam por enfrentar outros desafios que vão surgindo como, por exemplo, o enfrentamento com rádios comerciais e os problemas internos que vão, desde as dificuldades financeiras até a desmotivação e desistência de alguns comunicadores.

Ainda no debate sobre a Indústria Cultural, em seu estudo sobre a recepção e cultura popular nas rádios comunitárias Oliveira, (2002, p. 38) analisa que:

O fator relevante é que o próprio processo de consolidação da indústria cultural e de mundialização da cultura cria ao mesmo tempo situações que limitam as expressões culturais populares aos modelos produzidos na cultura de massa, mas permite também o desenvolvimento de atividades que superam essa limitação, criando novas perspectivas de expressão e fazendo críticas a esse aprisionamento cultural.

A trajetória da Rádio 25 de Maio mostra essa relação de forma mais explícita com relação aos programas musicais. Barreto (2009, p. 81 *apud* Canclini, 1988 p. 74-75) chama atenção para “reconhecer nos fatos contra-hegemônicos, ingredientes que misturam o autônomo com a reprodução da ordem imposta, e que, portanto, não podem ser situados no quadro de uma polarização extrema voltada apenas para registrar confrontações”.

Dessa forma, não tem como se isolar das manifestações da indústria cultural, até porque esta vem se apropriando dos elementos da cultura popular, recriando repetindo de maneira que garanta seu pleno funcionamento.

Nosso trabalho retoma, portanto, a trajetória da rádio 25 de Maio, no sentido de compreender como essa emissora se encontra hoje e verificar o contexto em que as questões de gêneros são tratadas.

1.6 A Rádio 25 de Maio hoje em dia

Em visita realizada na comunidade Quieto em novembro de 2012 observei que a rádio 25 de Maio passava por sérios problemas, o que levou à paralisação temporária. Nesse

¹⁹ Conceito criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer em 1947, ambos da escola de Frankfurt.

período a rádio ficou somente programada com músicas. Os problemas enfrentados pela rádio eram de ordem: política, econômica e até por desmotivação, o que levou a desistência dos comunicadores.

Lázaro Oliveira, ex-coordenador da rádio, foi um dos que desistiram. Em entrevista por *e-mail*, ele explicou seus motivos.

Os motivos de ter saído da rádio foi decisão nossa, pois já tínhamos contribuído muito para o crescimento e avanço daquela emissora. E, também, por motivos de ter recebido novas propostas de trabalho e por decisão da direção do MST, pois o movimento teria mim (sic) encaminhado para atuar na região de Aracati onde lá também iríamos instalar outra Radio Livre (entrevista em 30 de outubro de 2013).

Percebi que houve o remanejamento de comunicadores para outras tarefas do movimento. Isso ocorreu, por exemplo, com o Paulo Henrique, que atuava na rádio desde o início, e que foi convocado a integrar a direção estadual do MST pelo setor de comunicação. Aconteceu da mesma forma com a Mariana Paiva e Ananélia, que estão fazendo o curso de saúde comunitária dentro do próprio assentamento, além de outros que saíram por motivos econômicos e pessoais. Para Lázaro, a questão financeira é o que mais pesa.

Dificuldades todas as emissoras de pequeno porte têm, mas no caso da Rádio 25 de Maio era a questão financeira. Pois nós precisaríamos de incentivo para que assim nós pudéssemos arcar com as despesas que uma rádio tem, além de termos dificuldades em conseguir pessoas que, realmente, tivesse compromisso com a reforma agrária para assumir junto conosco uma programação digna para os trabalhadores do Assentamento 25 de Maio. Nós tivemos uma grande missão capacitar e treinar jovens para assumir esta emissora (entrevista em 30 de outubro de 2013).

Seu Antônio Nunes de Sousa, 63 anos, conhecido como Pepino, integrante mais velho da rádio, critica o fato de o MST não ter um acompanhamento efetivo e ainda remanejar as pessoas que se destacam para outras tarefas e avalia que não se consegue substituir as pessoas para a tarefa tão rapidamente. “Aí assim, fica bem complicado, por isso, porque você tem as pessoas, e aí pra você conseguir outras pessoas é difícil. Fizeram uma capacitação com outros meninos, mas me parece que não vão desenvolver né”. (Pepino em entrevista concedida em novembro de 2012).

O segundo aspecto da questão desmobilização da rádio que observamos foi a recente campanha política em outubro 2012. Durante o período eleitoral, houve envolvimento de lideranças, inclusive de um dos comunicadores, Seu Pepino, que se candidatou a vereador de Madalena.

Deparei-me com os resquícios negativos desse período como, por exemplo, a discordâncias entre lideranças devido às posturas adotadas. Os reflexos eram perceptíveis na organicidade do assentamento, através da desarticulação temporária do conselho, a ausência de reuniões e até o afastamento de pessoas de cargos ocupados anteriormente.

Nos dias em que estive no assentamento, a rádio estava praticamente parada, funcionando basicamente com a difusão de músicas. Veiculava as músicas de acordo com os programas do horário, por exemplo, na parte da manhã ouvia-se bastante as músicas do MST, mas nas tardes era praticamente forró e devido a falta de comunicadores, os critérios de escolha das músicas ficava um pouco de lado. Em uma tarde apenas, foi possível escutar músicas machistas que denotavam violência física contra a mulher (o CD que estava sendo veiculado naquela tarde era da Banda Solteirões do Forró).

Apesar desse episódio, é importante lembrar que existe todo um trabalho anterior por parte da rádio para trabalhar a consciência crítica dos ouvintes com relação ao conteúdo da programação e com posição política de não veicular músicas machistas. No entanto, sem o trabalho diário dos comunicadores essa prática ficou comprometida.

O outro problema visível foi a desarticulação de pessoal e falta de coordenação efetiva. Maria Evilania Rodrigues, 23 anos, que já atuou em dois programas na rádio, acredita que falta retomar a organicidade da rádio e um maior acompanhamento do movimento para que volte a funcionar como no início, pois além de remanejar os comunicadores que trabalhavam para outras tarefas, o MST não consegue repor o pessoal.

Acho que é só questão mesmo de se organizar porque está muito desorganizado. O defeito também dessa rádio tá fechando é porque nunca foi priorizado pela brigada. Quando eu atuava na militância aqui na brigada eu sempre falava, gente nós temos que priorizar a rádio. A rádio é um meio de comunicação que através da rádio a gente tem como organizar o povo (Maria Evilania em entrevista concedida em novembro de 2012).

A Fala da Evilania traz à tona outro problema recorrente, a limitação técnica por parte das lideranças que atuam na região. No período da visita à rádio, percebi a angústia da militância local que pede uma intervenção por parte da direção estadual do MST para realizar novos cursos e manter um militante da comunicação acompanhando de forma permanente a rádio.

Todos esses problemas citados anteriormente têm ligação com as dificuldades econômicas que a rádio enfrenta. Falando sobre a desistência de militantes, seu Pepino

lamenta que as jovens que tiveram destaque na rádio tenham saído por motivos pessoais e, principalmente, por necessidades financeiras.

Porque como os militantes não ganham nada, é voluntário. Esse voluntário tem casa, tem filho [...] Se fosse ter aí como se diz qualquer ajuda de custo pra gente aí tudo bem. Pra manter a rádio, vem se mantendo, mas também não é fácil porque a gente podia ter equipamentos melhor, podia ter uma ajuda de custo pra gente que trabalha [...] (Pepino em entrevista concedida em novembro de 2012).

A própria manutenção financeira da rádio estava comprometida devido à falta do repasse no valor de um salário mínimo que a prefeitura de Madalena repassava para a rádio. Como a gestão municipal mudou, a situação ficou incerta. A previsão era de que a comunidade e o MST teriam que se reunir para discutir sobre a nova conjuntura política no município.

E agora vai ter outra questão agora, vai ficar mais difícil devido às mudanças na política por que a gente tinha convênio com a prefeitura, mas depois do dia primeiro de janeiro ninguém sabe como vai ser (...). Eu já disse o Sitônio e o seu João pra conversar com o pessoal da brigada pra vê o que vai acontecer. Sabendo que agora não vai ser mais como era né! Eu tenho certeza que não vai ser. (Pepino em entrevista concedida em novembro de 2012).

Entretanto, aos poucos, a rádio vem retomando suas atividades. No início de 2013, os programas de esporte e musical já estavam no ar. Mas os programas políticos, de debate e entrevista, ainda precisam ser impulsionados. Porém, a direção estadual do MST está debatendo a situação.

A última medida do MST para solucionar os problemas foi a criação de um coletivo do setor de comunicação, incluindo estudantes do curso Jornalismo da Terra, para potencializar a rádio 25 de Maio, além das demais experiências como: a rádio do assentamento Palmares no município de Crateús, no assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema e no assentamento Maceió em Itapipoca.

2 COMUNICAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO

2.1 Conceituando as relações de gênero

Este trabalho não pretende pesquisar a fundo a questão de gênero dentro da experiência da rádio 25 de maio e/ou do assentamento. O objetivo principal se limita a analisar mais a fundo como a rádio aborda as questões relacionadas ao papel feminino, a maneira como a rádio se preocupa com a produção do conteúdo e o envolvimento das mulheres na condução do meio de comunicação.

Porém, faz-se necessária uma pequena abordagem sobre o que se entende sobre as relações de gênero no atual contexto, quando a sociedade se regula por normativas estruturadas pelo sistema capitalista e patriarcal. Para Adriana Piscitelli (2009), antropóloga e pesquisadora, em seu estudo “Gênero: a história de um conceito”, o termo gênero tem sido uma elaboração feita por mulheres feministas como forma de análise das desigualdades do ponto de vista dos espaços sociais e da própria discriminação pelas diferenças biológicas, tanto quanto para discutir a naturalização das relações entre homens e mulheres.

O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para demonstrar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizam o termo *gênero* para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidades e masculinidade (PISCITELLI, 2009, p.119).

Outra definição interessante é feita pela ONG Fábrica de Imagens, Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, em uma de suas cartilhas sobre a temática.

Entende-se por gênero o conjunto das representações, de interpretações simbólicas e de performances desenvolvidas por sujeitos masculinos ou femininos. As relações de gênero são quase invariavelmente marcadas por uma assimetria de poder e, portanto, por uma condição de desigualdade que coloca a mulher em um lugar de inferioridade em relação aos homens em quase todos os espaços sociais. Essa condição cultural e política dá margem à existência de uma série de violências físicas, psicológicas ou simbólicas. Muitas dessas violências não são, sequer, percebidas como tais por parte das populações violentadas, tamanha sua

cristalização histórica, retórica e cotidianamente, ou seja, de tão deshistoricizadas e naturalizadas que foram (Fábrica de Imagens, 2011, p. 13).

Já a o texto da I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT, 2008), também conceitua a compreensão das relações de gênero e o faz a partir da percepção de uma hierarquia determinada historicamente pela sociedade patriarcal que explica a seguir:

Conjunto de normas, valores costumes e práticas através das quais a diferença entre homens e mulheres é culturalmente significada e hierarquizada. Envolve todas as formas de construção social das diferenças entre masculinidade e feminilidade, conferindo sentido e inteligibilidade social às diferenças anatômicas, comportamentais e estéticas. Contemporaneamente se compreende que não há linearidade na determinação do sexo sobre o gênero e sobre o desejo, sendo o gênero uma construção individual, social e cultural que sustenta a apresentação social da masculinidade e/ou feminilidade por um indivíduo (Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf>).

No boletim informativo de março deste ano, o MST analisa essa definição.

Gênero é uma categoria social de análise das relações sociais entre homens e mulheres. São papéis atribuídos para definir o que é ser homem e o que é ser mulher; o que é tido como “coisa” de homem e “coisa” de mulher. E como cada um e cada uma deve se comportar de acordo com os valores da sociedade vigente (MST²⁰, 2012, p.2).

Mas não podemos cometer o equívoco de achar que falar de gênero é falar somente de mulher. A questão de gênero vai muito além, é uma forma de compreendermos como se dão as relações sociais e, principalmente, as relações entre homens e mulheres.

Para o MST, a luta pela construção de novas relações de gênero está estreitamente vinculada à luta de classes. A luta pela construção de uma sociedade socialista exige sem dúvida alguma a luta feminista, através de debates e de medidas concretas que alterem a vida social e política das famílias e particularmente das mulheres (MST, 2012, p.2).

A luta pela igualdade de gênero está intimamente ligada à luta pela transformação social, por isso, na luta pela terra o debate se faz necessário, pois se trata da vida familiar, que é o espaço onde primeiro se manifestam as desigualdades de gênero e a hierarquia típica do modelo familiar patriarcal.

²⁰ Boletim Mulheres em Movimento, nº 3, elaborado anualmente para o 8 de março, dia Internacional da Mulher.

Ao longo dos anos, as mulheres do MST foram se dando conta de que a luta pela igualdade entre homens e mulheres passa pela luta por uma sociedade igualitária, em todos os seus aspectos, e que, assim como no modelo de dominação do capital “o padrão de gênero é dinâmico, vai sendo construído ao longo do tempo e se transformando de acordo com os interesses da classe que está dominando” (Boletim Informativo, MST, 2013, p. 2). Dessa forma, assim como não são naturais as desigualdades sociais, também não devem ser naturalizados os papéis de homens e mulheres atualmente estabelecidos.

Outro aspecto que merece reflexão é com relação à segmentação dentro do próprio movimento de mulheres. Não basta conceber que as desigualdades são apenas de gênero, mas também de raça e classe, por exemplo. Nos últimos anos, percebemos que essas diferenças acontecem até mesmo entre mulheres urbanas e mulheres camponesas. Isso não chega a ser negativo, já que não podemos perder de vista as diferenças presentes nessas construções.

2.2 As relações de Gênero no MST

Para o MST as discussões sobre igualdade nas relações de gênero não é recente. Começou no início do movimento com o desafio de envolver toda a família no processo de conquista da terra. “No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST (MST, Boletim 2013, p. 3)”. Essas comissões tinham como objetivo incentivar a participação das mulheres nas instâncias de poder e garantir seus direitos. Foi a partir das comissões que as mulheres começaram a discutir sobre gênero e a pautar o tema como foco de formação em cursos, nas instâncias, na elaboração de materiais e até na agenda de lutas concretas.

Essas conquistas são mérito do próprio trabalho das mulheres, no que se refere a sua participação política, pois sabemos que a cultura machista é muito forte no meio rural e seus reflexos são percebíveis nos espaços da luta social. Na Cartilha “Mulher Sem Terra” (2000, p. 14), é possível perceber como foi se dando o processo de debate no período em que o MST completava 15 anos em nível nacional, quando refletia sobre a questão.

Depois de 15 anos de lutas, discussões e vivências, podemos dizer com certo orgulho que crescemos no entendimento da importância da participação da mulher no seu desenvolvimento como ser humano, da sua igualdade na diferença com o homem. Porque entendemos que precisamos crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações de poder, novas relações com o meio ambiente, novas relações econômicas baseadas em novos valores. Por isso, já podemos falar de relação de gênero no MST (MULHER SEM TERRA, 2000, p. 14).

A referida cartilha era um manual sobre como a militância deveria promover encontros de debates e formação sobre a participação da mulher nos assentamentos e acampamentos. A sugestão era de oito encontros, cada um com uma temática relacionada à questão das mulheres.

Com o documento era possível debater sobre participação da mulher, a luta de classes, educação, valores, cultura, saúde e direito à terra. No oitavo encontro, que tinha como objetivo debater sobre as mulheres e a Reforma Agrária, o documento deixava evidentes as linhas políticas sobre a participação das mulheres.

1. Que as mulheres, junto com os homens e jovens devem participar dos núcleos de base, das coordenações dos assentamentos, das cooperativas, do partido, do sindicato (...): que na coordenação dos acampamentos e assentamentos sejam 50% de homens e 50% de mulheres (...);
2. Que no trabalho da produção, (...) as mulheres participem não só do trabalho, mas que se envolvam no planejamento, na execução, na administração dos resultados e na hora em que o técnico vem fazer a explicação ou dar um curso, também às mulheres estejam aí para aprender;
3. Que os cursos de formação não sejam coisas só para os homens. As mulheres devem buscar participar, pois só dirige quem sabe;
4. Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto, a conquista da terra é uma conquista de toda a família. Nada mais justo que quando o INCRA²¹ vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois (...);
5. Como educar nossas crianças (...) para que sejam pessoas mais felizes? Esta não é uma tarefa só da mãe, mas também do pai e da comunidade (...);
7. Que em todos os cursos, reuniões... Sejam regionais, estaduais ou nacionais, o MST deve garantir a Ciranda Infantil²²;
8. Nos nossos assentamentos e acampamentos é importante que se criem os coletivos de mulheres onde elas se encontrem para estudar, discutir seus problemas e se preparar para participar das questões maiores do acampamento, assentamento e do MST;
9. É importante também irmos criando espaços onde se encontram mulheres e homens para discutir sobre as questões de gênero, sexualidade, afetividade, novas relações entre homens e mulheres (ANCA, 2000, p. 57-59).

Nesse período era perceptível a preocupação com a participação da mulher, e não foi à toa, que a direção nacional do movimento tomou como linha política que cada estado deveria ter a representação de um homem e de uma mulher, o que vinha a fortalecer essa participação feminina nas definições políticas do MST.

O estado do Ceará é um caso à parte. Na direção estadual sempre teve mulheres participando. Houve um período em que elas eram maioria, e sua representação nacional era

²¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável pela vistoria, imissão de posse acompanhamento às áreas de Reforma agrária.

²² Ciranda Infantil é uma experiência de educação itinerante e de cuidado com as crianças que acompanham as mães em atividades de formação e mobilização do MST.

composta apenas por mulheres até haver a definição nacional de um casal por estado, foi quando o Ceará começou a mandar representantes homens.

Essa participação da mulher no MST do Ceará se fortaleceu desde o início, quando, devido à atuação nas frentes de luta, tomando responsabilidade perante a conjuntura da época, abrindo espaço para outras mulheres e tornando o estado uma referência de participação feminina. Essa característica pode ser herança da participação das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entidade responsável pelo trabalho evangelizador e conscientizador que preparou os camponeses (as) para lutar pela terra.

A necessidade de envolver o todo da organização neste debate deságua na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero nas instancias e espaços de formação da organização, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres e assim fortalecendo o próprio MST (MST, 2012 p. 3).

Outra conquista que merece destaque foi o cadastro nacional da mulher como titular da terra conquistada junto ao companheiro. Até então, a conquista da terra era, de fato, masculina o que deixava a mulher subordinada ao homem e com o risco de voltar a ser sem terra²³ e com atuação limitada na vida política do movimento social.

Em pesquisa realizada Gema Esmeraldo, Lúcia Maria da Paixão e Margarida de Sousa em 2003, sobre as condições de vida da mulher na zona rural, as organizadoras relatam que aos poucos as mulheres vêm rompendo com o papel e o lugar historicamente construído para elas. Os dados relatam que, 25,6% das mulheres pesquisadas, participavam diretamente de algum tipo de organização política.

Embora não representa a maioria das mulheres, esse dado é significativo por apontar polos de iniciação de iniciação da mulher na vida política e organizativa de sua classe social. São essas mulheres que estão a construir rupturas e passagens do mundo privado para o mundo público; estão a constituir novas sociabilidades e mudanças nos padrões esperados; estão a tencionar as relações familiares tradicionais e a incorporar novas relações de poder; estão a provocar rupturas nos modelos hegemônicos e a exercitar formas de subjetivações (ESMERALDO, ARAGÃO, PINHEIRO, 2003, p. 58).

A participação política é determinante para um nível de conscientização e a posterior ruptura do papel historicamente determinado para a mulher, ou seja, os espaços privados de procriação e de cuidado com a família.

²³ No MST, usa-se Sem Terra para definição da identidade com a organização e sem terra (minúsculo) para determinar como desprovido do acesso à terra.

Sendo assim, as autoras analisam que existe um processo de redefinição de um modelo cultural em construção. “Essas mulheres estão a construir uma outra lógica onde novas subjetivações estão sendo construídas. As mulheres rurais estão exercitando novas singularidades que rompem com a tênue teia que separa o mundo público do mundo privado”(ESMERALDO, ARAGÃO, PINHEIRO, 2003, p. 75).

2.3 Direito à comunicação e a igualdade de gênero

Logo no primeiro capítulo do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o artigo 1º diz que: “tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”. Esse artigo tem tudo a ver com o debate sobre comunicação e igualdade de gênero, quando nos referimos às mídias e suas formas de fortalecimento de um padrão cultural masculinizado como aborda o Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia (2011).

Tais distorções contribuem para uma posição de desigualdade e subordinação das mulheres em relação aos homens, produzem doenças e mortes relacionadas à violência física e simbólica de gênero e fortalecem a visão normativa e excludente das identidades sexuais nas sociedades. Há uma profunda desigualdade de poder entre os homens e as mulheres, historicamente construída (BASTHI, 2011, p.17).

O direito à informação se configura como um direito humano e, portanto, as mulheres, assim como os homens têm o direito à informação de qualidade e com o mínimo de respeito e ética jornalística. Outra questão que merece reflexão é a maneira como, na atualidade, é feita produção de conteúdo. Dessa forma, o direito está, também, vinculado à produção da informação.

Nesse aspecto, é importante refletirmos sobre como alguns meios de comunicação abordam de forma desrespeitosa questões relacionadas à mulher. Isso ocorre, por exemplo, quando se generaliza fatos, atribui uma ação ao homem, utilizando o artigo masculino, quando na verdade deveria se dá referência à mulher ou, simplesmente, quando reproduz estereótipos e preconceitos que se configuram como violência simbólica.

A mídia brasileira tem sido palco privilegiado para a reprodução de estereótipos de gênero, raça e etnia e invisibilização das populações historicamente discriminadas. Como resultado, atua como um dos principais agentes para a manutenção de crenças, valores, hábitos, comportamentos e atitudes sexistas, racistas e etnocêntricas, promotores de sofrimento e de profundas desigualdades na sociedade brasileira. A combinação do sexismo, do racismo e do etnocentrismo na mídia constitui uma violação dos direitos humanos à comunicação e contribui para a manutenção de um Brasil com alto índice de desigualdades e produtor de

estereótipos, preconceitos e estigmas sobre as mulheres e, em especial, sobre mulheres negras e indígenas (BASTHI, 2011, p.14).

Essa reflexão é importante para começarmos a atentar para o cuidado com a linguagem e a exposição de imagens. Essa postura possibilitaria um jornalismo mais plural e igualitário. Uma definição como esta significaria aderir a uma posição política de compromisso com uma nova forma de fazer comunicação, o que contrapõe o objetivo dos veículos de comunicação de massa, que se caracterizam pela dominação e reprodução das desigualdades, essência do capitalismo.

2.4 Mídia e construção simbólica da imagem da mulher

A imagem da mulher nos meios de comunicação de massa ainda está muito associada às perspectivas mercadológicas, seja como objeto simbólico de consumo, através da associação ao produto a ser vendido, como é o caso das propagandas de cerveja, ou no outro extremo, como consumidoras de objetos. São alvos do bombardeio publicitário que vai desde os produtos de beleza até os utensílios domésticos. No estudo sobre as “Mulheres e o Espaço Público” Almeida (*apud* CHAUI, 2009, p. 38) afirma que,

(...) a propaganda comercial foi deixando de apresentar o produto propriamente dito (com suas propriedades, qualidades, durabilidade) para afirmar os desejos que ele realizaria: sucesso, prosperidade, segurança, juventude eterna, beleza, atração sexual, felicidade. Em outras palavras, a propaganda ou publicidade comercial passou a vender imagens e signos e não as próprias mercadorias (ALMEIDA, 2009, p. 11).

Essa perspectiva é típica da sociedade capitalista marcada pelo consumismo na busca desenfreada de coisas, muitas vezes supérfluas, e na tentativa de se enquadrar num padrão aceitável na sociedade do consumo com a mercantilização do corpo, como descreve Almeida (2009).

[...] vivemos numa sociedade marcada pelo consumismo e pelo individualismo, atitude e sentimento estimulados, principalmente pela mídia, em que se forja uma feminilidade fundamentada no consumismo compulsivo que objetiva delinear um perfil feminino atormentado pela busca incessante e incansável da beleza em que a ordem é sempre ficar bonita e, para isso, faz-se necessário seguir rigorosamente os ditames da moda (ALMEIDA, 2009, p. 11).

Mas a crueldade do modelo vai além do padrão estético estabelecido, também se encarrega de tentar moldar as pessoas, faz uma construção simbólica e cria estereótipos. No caso das mulheres, os estereótipos são detectados quando trazemos à tona exemplos que, claramente, diminuem a mulher com a utilização de jargões como: “loira burra” ou quando as associam a produtos, “devassa”, entre outros tantos exemplos.

Outras maneiras de construção dos estereótipos se manifestam, através do humor (ridicularizando) e através do padrão de beleza. O atual padrão estético cria a ideia de que, para ser “feliz”, a pessoa tenha que está dentro de um molde ou inserido dentro de um mercado consumidor. Outra forma é por meio da invisibilidade das diversidades e do potencial feminino.

Esse tipo de atitude configura-se como violência simbólico-midiática, pois deturpam a imagem da mulher. Aliás, essa é apenas uma das formas de violência sofrida pelas mulheres. Existe ainda, a violência doméstica, familiar, institucional, física, sexual, moral, psicológica, entre outras. A violência simbólico-midiática:

É identificada através dos padrões socioculturais estereotipados, mensagens e valores que reproduzem as desigualdades entre as mulheres e os homens. A publicação e a difusão dos meios de comunicação que, de forma direta ou indireta, promovem a exploração de mulheres ou de suas imagens ou atinjam a sua dignidade em mensagens ou imagens pornográficas estão inseridas nesse tipo de violência (BASTHI, 2011, p.27).

A manifestação da violência simbólica se dá através da linguagem, do texto e das imagens. Dessa forma, constrói e/ou reforça preconceitos já existentes, servindo como potencializador da submissão feminina. Sandenberg (2011), em seu artigo “A Violência Simbólica de Gênero e a Lei “Antibaixaria” na Bahia”, como discorre sobre outro conceito. O de violência de gênero.

Por “violência de gênero”, refiro-me a toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja impetrada contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual. Isso implica dizer que tanto homens quanto mulheres, independente de sua preferência sexual, podem ser alvos da violência de gênero. Contudo, em virtude da ordem de gênero patriarcal, ‘machista’, dominante em nossa sociedade, são, porém, as mulheres e, em menor número, os homossexuais, que se vêem mais comumente na situação de objetos/ vítimas desse tipo de violência (SANDENBERG, 2011, p. 1-2).

A autora explica que esse tipo de violência se manifesta no cotidiano através das piadas, das músicas, das novelas, comerciais e até nos livros, ou seja, “de toda uma produção cultural que dissemina imagens e representações degradantes, ou que, de uma forma ou de outra, nos diminuem enquanto mulheres” (SANDENBERG, 2011, p. 2).

Apesar de não conter imagens no rádio, há a reprodução de conteúdos que também contém violência simbólica que se manifesta fortemente na programação. Os programas musicais são os exemplos mais comuns de manifestação da violência simbólica e de gênero

contra a mulher. Robson Braga (2012) analisa como a música historicamente vem sendo ferramenta de divulgação da cultura machista e motivação de constantes lutas de movimentos sociais, feministas, na sua maioria.

Na história da música popular brasileira, a condição social da mulher vai sendo explicitada através de discursos multifacetados, contraditórios e ambíguos, de homens que se demonstram sensíveis a uma análise do lugar ocupado socialmente pela mulher. Esses discursos mostram como a história cantada da mulher foi se delineando em meio a um contexto essencialmente patriarcal, mas mergulhado em atos de rebeldia e insubmissão estimulados, principalmente, pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX e a gradual inserção da mulher no mercado de trabalho (BRAGA, 2012, p.4).

Bourdieu (2012, p. 9) diz que, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. Esse poder é constituído por sistemas simbólicos como a arte e a religião que servem àqueles que detêm o poder e os utiliza para construir subjetividades estruturantes de consensos.

2.5 As mulheres nas experiências de comunicação popular

Mesmo com poucos registros sobre a participação das mulheres nas experiências de comunicação popular, é importante ressaltar que as mulheres já participam de experiências de comunicação anteriores. Nas experiências de revolução comunista, por exemplo, mulheres como Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo eram pensadoras que mantinham um trabalho de produção intelectual e ideológico muito forte. Essas mulheres atuavam fortemente nos jornais comunistas da época. Entretanto, eram minorias e se identificam como sendo de setores intelectualizados da sociedade.

Aqui no Brasil, o registro de mulheres na comunicação iniciou em meados do século XIX, mas era uma imprensa com características femininas e não feminista. Porém, vale ressaltar, que foi nessa época que se iniciou a atuação de mulheres como jornalistas profissionais. Era uma comunicação feita por e para senhoras ricas e alfabetizadas que tinham como objetivo principal a educação de mulheres para os afazeres doméstico, de certa maneira, a manutenção do status quo, como é o caso da Revista Feminina, publicada entre 1914 e 1935.

No caso da Revista Feminina, os conteúdos eram voltados à moda, literatura, romances amorosos e à moral estabelecida. Essa revista, porém, trouxe a tona questões

relacionadas a alguns direitos importantes para a mulher na época, como a crítica à situação social da mulher e a defesa da lei do divórcio.

Pensar com o olhar feminista é quebrar com os padrões de comportamento estabelecidos. É pensar nas condições de vida da mulher para sair de uma situação tida como natural e olhar a partir da percepção de uma dominação e exclusão histórica da mulher para assim poder superar.

Daniela Auad (2003), em “Feminismo que história é essa?” tem a preocupação de começar seu livro desmitificando os vários estereótipos criados em torno do que é feminismo. Para ela, é preciso se referir a esse termo no plural, pois existe uma diversidade de tipos de femininos. “Esses feminismos representam vários grupos de mulheres no Brasil e no mundo com crenças, desejos, ideais e valores muito diferentes” (AUAD, 2003, pag. 14-15).

A autora apresenta várias abordagens sobre as concepções de feminismos como: o primeiro é o conservantismo. Esta concepção entende que as mulheres têm inferioridade “natural” devido às condições biológicas. O segundo feminismo é o chamado burguês, este se detinha na luta pela ampliação dos espaços para a mulher e a melhoria das condições de vida.

A terceira abordagem é a chamada marxista dogmático. “Essa abordagem privilegia a luta de classes, e a mulher é sempre mencionada a serviço da luta” (AUAD, 2003, pag. 62). Esse feminismo acredita que a opressão contra a mulher se encerra automaticamente com libertação da classe trabalhadora como um todo.

O feminismo radical, segundo a autora, caracteriza-se por defender a extinção da família biológica “que seria a causa das desigualdades entre os sexos” (AUAD, 2003, pag. 62). Já o quinto tipo é feminismo socialista. “Sua característica fundamental é tentar lidar, ao mesmo tempo, com as relações entre o masculino e o feminino na sociedade (...) e com as relações entre as classes sociais”.

A última abordagem se refere ao feminismo múltiplo e defende que os sujeitos, “tanto homens como mulheres são compostos por muitos elementos” como: classe social, etnia etc. Para os defensores dessa tese, “os sujeitos são múltiplos porque são múltiplos porque são únicos e diferentes entre si e também porque cada mulher e cada homem da sociedade são construídos com fusão de variadas e múltiplas identidades” (AUAD, 2003, pag. 63)

O boletim do MST (2013) apresenta a definição do feminismo socialista, baseada na visão marxista. Veja o que o documento diz sobre o feminismo.

Feminismo é um movimento sociopolítico que surge em meados do século XIX pela participação das mulheres na esfera da vida política, nas discussões e decisões da vida política. Com as primeiras experiências de luta socialista, o feminismo vai tomando corpo e estabelecendo a crítica ao sistema capitalista e ao patriarcado como parte da opressão de classes (MST, 2012, p.3).

O feminismo socialista analisa a dominação de gênero sob a ótica da luta de classe e, assim, também o faz quando se refere à comunicação de massa. No Brasil as experiências de comunicação alternativa, assim como as demais experiências comandadas por mulheres, teve destaque na década de 1970 quando era forte a resistência contra os governos opressores da época.

Os jornais alternativos ligados ao movimento de mulheres procuravam articular a luta mais geral pelo socialismo com a luta pela emancipação das mulheres, priorizando a ideia da política alternativa, que buscava unir público e privado; tornar político o que era considerado assunto pessoal. Essa era a principal característica da imprensa feminista brasileira dos anos 1970, que articulava a especificidade da luta feminista com a luta mais geral da sociedade contra a ditadura militar (BRITO, 2005, p.36).

A autora afirma que a preocupação das mulheres nessa época era, também, de reafirmar a questão da mulher, salientar uma série de problemas enfrentados por elas. Por isso, “as feministas dispunham-se a mobilizar as mulheres não apenas em função da luta contra a ditadura militar, mas principalmente pela emancipação da mulher, levantando problemas especificamente femininos” (BRITO 2005, p.36).

De acordo com a mesma autora, “os principais jornais feministas brasileiros editados durante os anos 1970 foram Brasil Mulher e Nós Mulheres, lançados em 1975 e 1976, respectivamente. E, já na década de 1980, Mulherio” (p.36).

No artigo “Nós mulheres: Reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado”, Nayara Maria Vasconcelos (2010) faz uma análise de como essa experiência contribuiu para o surgimento de novos meios de comunicação feministas.

Nós Mulheres (1976-1978) foi o primeiro jornal a se assumir feminista no Brasil. Essa atitude é considerada de grande importância para o movimento feminista e para o jornalismo, pois, a partir daí, surgiram vários periódicos que se propuseram a falar abertamente dos problemas das mulheres (VASCELOS 2010, p.1).

Com essas experiências as mulheres queriam dar conta de serem protagonistas da construção de uma nova política e, principalmente, da construção de novas relações de gênero

como é o caso do jornal Nós Mulheres. Esse jornal fez parte da chamada segunda onda feminista que é quando as mulheres passam a se posicionar contra a Ditadura Militar, atitude que ficou conhecida como “feminismo mal comportado”²⁴.

Importantes conquistas foram obtidas nesse período da história. Karina Janz Woitowics (2012) traz em seu artigo; “*Traços do feminismo na imprensa alternativa*”, nos anos 70, algumas das conquistas obtidas graças à luta das mulheres em conjunto com seus meios de comunicação feminista. São essas conquistas: o salário feminino, os anticoncepcionais, o voto e criação do dia internacional da mulher instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU). A autora acrescenta dizendo:

O movimento de mulheres estendia-se por diversos países, somando novos elementos à sua identidade e autonomia. A partir de referências mundiais, as mulheres brasileiras buscavam o crescimento e a aceitação de suas organizações baseando-se em novas maneiras de compreender as lutas. Isso justifica a presença constante de textos nos jornais que tematizavam posturas ideológicas relacionadas ao papel da mulher em diferentes contextos (WOITOWICS 2012, p. 4).

Era através dos jornais que elas faziam suas denúncias e defendiam a causa feminina. Woitowics (2012) reconhece a importância da imprensa alternativa como aliada no processo de conscientização e na criação de organizações de mulheres para debater temas como: o alto custo de vida, os baixos salários, a falta de creches e violência contra a mulher e organização de mobilizações em torno desses temas.

É a partir da necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista vai buscar seu fortalecimento e representatividade, na tentativa de aprofundar as relações democráticas. Neste espaço, a imprensa alternativa vai atuar como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade (WOITOWICS 2012, p. 2).

Muitas das demandas dessa época continuam atuais até hoje. Por isso, as mulheres continuam intensificando ainda mais suas lutas. Atualmente, as mulheres contam com novos meios de comunicação como a internet, por exemplo, que têm dado um importante suporte.

Os casos recentes de comunicação feminista são os sites, blogs e outras redes sociais que se tornaram bastante conhecidas como é o caso das blogueiras feministas. As mulheres da atualidade também seguem a tendência dos demais veículos de comunicação. A convergência

²⁴ A primeira onda feminista ficou conhecida pela luta pelo direito à cidadania das mulheres como o direito ao voto, mas devido à militância pacífica foi denominada de “bem comportada”.

dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que, continuam escrevendo artigos, matérias de jornais, também se apropriam dos mecanismos disponíveis na web²⁵.

2.5.1 As mulheres nas experiências de comunicação do MST

Apesar de ter uma definição clara do MST sobre a participação das mulheres em todos os espaços de decisões, explícita nas linhas políticas do setor de gênero e nas definições políticas da organização, não existe a definição clara nas linhas gerais do setor de comunicação sobre a participação direta de mulheres neste setor.

Folheando as linhas gerais percebemos que não existem os termos mulheres, gênero ou outras palavras que façam referência à igualdade de gênero. No entanto, nos princípios ideológicos do setor existem. Por exemplo, nos itens:

n) “combater fortemente os valores burgueses e jamais repetir em nossos meios de comunicação os conteúdos e valores burgueses” e, no item, p) “Criar oportunidade para que o maior número possível de militantes se envolvam, planejem e participem de tarefas relacionadas com a comunicação, formando os comunicadores populares e os militantes comunicadores” (MST).

A comunicação, assim como os espaços da esfera da política e da esfera econômica, também é um espaço de poder. Internamente, nos movimentos sociais, não é diferente. Stronzake (2007) ao escrever para *Le Monde Diplomatique Brasil* faz referência sobre o lugar do feminino no MST.

A luta pela terra é um “lugar” feminino por excelência. Não nas barras dos tribunais, nem nos confrontos armados, nos quais a participação das mulheres, embora muito efetiva, pouco ou nunca é noticiada. Mas pela relação filial que, consciente ou inconscientemente, desenvolvemos com a terra (STRONZAQUE, 2007, p. 16).

Ao dizer isso, a autora acrescenta que a luta pela terra tem sido historicamente masculinizada nas coberturas midiáticas. Stronzaque esclarece que uma das formas de ter visibilidade e ser notícia é a própria luta. Para as mulheres, além de ocupar a terra também é necessário ocupar outros espaços.

As mulheres percebem isso e começam a ser protagonistas das próprias formas de lutas e construir uma nova visibilidade na mídia. “Compreendemos que enfrentar apenas a exploração machista não basta. Reconhecemos nosso lugar na luta de classe. Acreditamos que

²⁵ Elas conseguem estabelecer relação com leitoras e seguidoras e, conseqüentemente, maior abrangência de suas reivindicações.

a libertação da mulher só pode se dar junto com a libertação da classe trabalhadora” (STRONZAQUE, 2007, p. 17).

O enfrentamento ao agronegócio é um marco na luta das mulheres do MST e na mídia. Elas foram noticiadas na grande imprensa ao fazerem, como ação do 8 de março de 2008, uma luta de enfrentamento direto contra o modelo de desenvolvimento adotado no país.

As mulheres se tornam o símbolo desta luta. Basta falar da destruição de plantas transgênicas da Monsanto que lembramos o dia em que as mulheres romperam o silêncio e determinaram a luta contra o agronegócio como um marco da luta contra o agronegócio²⁶.

São as mulheres quem demarcam a mudança no foco do enfrentamento no campo. O que antes era uma luta contra um latifúndio atrasado passa a ser, também, contra o agronegócio.

Outras formas de participação das mulheres na comunicação se dão por meio da produção de textos, artigos, materiais didáticos, cartilhas, boletins especiais e diretamente nos meios de comunicação do movimento. As próprias mobilizações se tornam uma importante forma de divulgação dos anseios da mulher Sem Terra.

²⁶ “Mulheres da Via Campesina destroem plantação de milho transgênicos: grupoligado ao MST invadiu fazenda na manhã da Monsanto na manhã desta sexta (7). O objetivo foi protestar contra a liberação da venda de duas variedades de milho transgênico”. <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL341625-5605,00.html>, acessado em: 15/12/2013.

“Via Campesina ocupa Monsanto e destrói experimentos em SP”. <http://www.mst.org.br/node/944>, acessado em: 15/12/2013.

3. MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DA RTÁDIO 25 DE MAIO FM

Neste capítulo vou aprofundar a análise da pesquisa de campo realizada no assentamento 25 de Maio, esclarecer a metodologia utilizada na investigação e procurar apresentar minhas reflexões constituídas durante o processo da pesquisa.

3.1 Pensando as questões metodológicas

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo. Karl Marx (Ideologia Alemã)

Antes mesmo de começar a pesquisa, eu já me questionava sobre como poderia contribuir com a realidade pesquisada, como fazer a pesquisa ser compreendida como um compromisso em busca de compreensão e transformação da realidade. No caderno de número 3 do ITERRA, “O MST e a Pesquisa” (2002), o movimento deixa claro para a sua militância que:

A pesquisa, desse ponto de vista, também é uma luta, porque não estudamos apenas para ter um título ou cumprir com um ritual técnico. Mas, estudamos e pesquisamos para nos entranhar na realidade, compreendê-la, ousar e lutar para que as nossas vidas sejam mais dignas (CADERNOS DO ITERRA, 2002, pág. 5).

Dessa maneira, o MST explicita o estudo e a pesquisa como condição importante para a autonomia política da organização e acrescenta que a pesquisa “*tem para o MST um sentido de transformação*” (*ibidem*). Nos escritos de Bernardo Mançano Fernandes, para o referido caderno, ele diz que:

Fazer pesquisa é uma questão política essencial. É a condição de conhecermos mais e melhor as nossas realidades por meio de nossas leituras. Para os membros do MST essa é uma questão estratégica. Ler as ações do MST por meio de fontes secundárias é uma possibilidade que não pode ser única. Nesse sentido, as experiências de pesquisa no MST tornam-se condição de autonomia política e intelectual (CADERNOS DO ITERRA, 2002, pág.17).

Refletir sobre a própria prática. É isso que esta pesquisa se propõe. Perceber os equívocos, os acertos e os desafios da realidade pesquisada a fim de buscar contribuir com uma transformação social:

Todo conhecimento deriva de uma prática, de um contexto histórico concreto, assim como tanto esse conhecimento quanto essa prática são manifestações sociais. Assim, uma prática humana, uma ação social concreta, histórica, possibilita uma reflexão, uma abstração teórica, nela baseada, que será a base para futuras ações transformadoras e novas sínteses teóricas. Portanto, um processo ininterrupto de ações e sínteses sucessivas (IASI, 2007,pág., 164).

Nesse sentido, a proposta é adotar uma perspectiva libertadora, na qual pesquisados e pesquisador são os sujeitos de uma realidade concreta a ser desvelada como objeto de estudo. Para isso, adotamos a pesquisa participante.

Uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo (Huynh, 1979) que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior (BRANDÃO, org. 2006, p. 43).

A pesquisa participante tem vários adjetivos como: Pesquisa Social, Observação Participante, Investigação Participativa, Auto-senso, Pesquisa Popular, Pesquisa dos Trabalhadores, Pesquisa-Confronto. Mas, na verdade, “procede de origens, práticas e preocupações muito próximas e parece apontar para o mesmo horizonte” (BRANDÃO, 2006, p. 15).

A pesquisa participante se caracteriza por dois princípios básicos: O primeiro é a relação pesquisador e pesquisador. O que nas demais pesquisas científicas considera o pesquisado como mero objeto passivo da ação, na pesquisa participante este passa a ser sujeito ativo do processo. “Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciências e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos” (BRANDÃO, 2006, p. 19).

A segunda característica é o compromisso social do pesquisador e seu envolvimento direto com movimentos sociais. Essa relação possibilita maior autonomia para entender, questionar e construir coletivamente novos contextos na vida dos envolvidos.

Essa metodologia de pesquisa põe por terra o discurso de que a pesquisa científica é neutra. Nesse caso, a pesquisa tem uma função e compromisso claro: a classe trabalhadora. Nessa concepção, os grupos pesquisados podem ser parte ativa do processo.

Os fatos sociais não são coisas, mas sim o produto de ações humanas. Os homens e as mulheres fazem a sociedade da mesma maneira que são feitos por ela. Somos atores e protagonistas de nossa história da mesma maneira que somos definidos e condicionados por ela. Dentro desta relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separados do seu objeto de pesquisa. O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade (BRANDÃO, 2006, p. 24).

O autor acrescenta que é esta visão de mundo que vai determinar a intencionalidade dos atos. No caso do pesquisador-militante, essa análise tem muito sentido, pois é quase impossível ser imparcial, neutro quando se tem envolvimento direto com o grupo pesquisado. Nem por isso a pesquisa torna-se menos importante, talvez seja até mais coerente e útil.

Mas, ao fazer a opção metodológica foi preciso compreender ainda como se dão os demais paradigmas interpretativos como a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Ao longo dos anos, diversos filósofos e pesquisadores vêm debatendo muito sobre o alcance da abordagem de ambas, seus limites, processos e até a complementariedade entre as duas.

Em princípio, positivistas acreditavam que a pesquisa era uma atividade neutra. “O pesquisador social não deveria avaliar ou fazer julgamentos, mas apenas discutir o que era ou existia; como também ser objetivo e evitar que seus vieses influenciassem o processo de pesquisa” (FILHO, GAMBOA, 1995, pag. 17). Posteriormente, admitiu-se a intervenção com finalidade de mudar a sociedade.

As principais diferenças entre as duas pesquisas, quantitativa e qualitativa, de acordo com a tese da diversidade incompatível, defendida por Kerling (1973), Smith (1983), Lincoln e Guba (1985) e Smith e Heshusius (1986) estão na visão de mundo, na relação entre o pesquisador e objeto pesquisado, na relação entre fatos e valores, entre outras.

Mas a tese da diversidade complementar entre os dois paradigmas, autores como Cook e Campbell (1979), Goergen (1981), Soltis (1984), Shulman (1985), Cambi (1987), Husén (1988) e Gage (1989) defendem que os propósitos da pesquisa educacional “não podem ser alcançados por um único paradigma” (FILHO, GAMBOA, 1995, pag. 46).

Em síntese, “os métodos quantitativo e qualitativo não são incompatíveis; pelo contrário, estão intimamente imbricados e, portanto, podem ser usados pelos pesquisadores sem caírem na contradição epistemológica” (FILHO, GAMBOA, 1995, pag. 51). Ao longo de anos, os pesquisadores tentam aperfeiçoar os métodos de pesquisa que, ainda encontra-se em fase de análise e de possíveis alterações.

Até o momento o que podemos dizer é que os paradigmas interpretativos como a pesquisa quantitativa e qualitativa ainda não satisfazem como estratégia metodológica, pois não se aprofundam na realidade estudada e, em muitos casos, detém-se aos dados e estatísticas, sem considerar as questões da realidade complexa de forma mais subjetiva. Já a pesquisa participante vai além e tenta compreender os processos da realidade social, o contexto histórico e os sujeitos pesquisados.

No caso do MST, isso é importante, devido à pluralidade dos integrantes e a realidade do movimento e da própria identidade constituída ao longo de anos. Porém, para um pesquisador militante, além de entender, é necessário intervir no processo e contribuir para mudanças, pois, de acordo com Paulo Freire (2007, pag. 78), “somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se” e acrescenta que, para isso, a reflexão precisa ser comprometida com o “exercício da ação transformadora da realidade condicionante”.

3.2 Retrato escrito

As protagonistas da experiência de comunicação no assentamento 25 de Maio serão aqui descritas através deste retrato escrito. Todas moram no assentamento, as de mais idade estão desde o começo da luta. As mais jovens fazem parte da nova geração do assentamento. São filhas de assentados e nasceram depois da efetivação da comunidade. As fotos e informações aqui descritas são resultado das entrevistas com as mesmas e algumas fotos são cedidas de arquivo pessoal.



Maria Lima

Idade: 76 anos

Profissão: agricultora (15 filhos, destes, 4 são de criação)

Foto: Sheila Rodrigues

Dona Maria Lima, natural de Juatama, distrito de Quixadá, é uma das precursoras da luta no assentamento 25 de Maio. Militante da CPT e membro das CEBs na década de 1980 teve participação ativa nas articulações nacionais para a organização do MST no Ceará.

Desde a conquista do assentamento, ela reside na Comunidade Paus Brancos onde ajudou a criar a primeira associação de mulheres do assentamento. Maria Lima relata que seu trabalho com as mulheres teve início ainda em 1980 na localidade onde morava. Algumas delas foram morar no assentamento onde ainda participam do grupo de mulheres.

No aspecto da comunicação, vale ressaltar que Maria Lima foi sempre uma animadora/motivadora da luta. Seus discursos são sempre carregados de firmeza ideológica. Católica, ela sempre adotou a Teologia da Libertação para trabalhar nas comunidades e na igreja da qual faz parte.

Outra característica marcante dela é o dom de cantar. Em um vídeo sobre a primeira assembleia do assentamento ela aparece entoando cânticos que tratam da luta pela terra e ajudando a celebrar atos religiosos. Ela é autora de uma música que fala da luta no assentamento 25 de Maio.



Rosymeire Rodrigues dos Santos

Idade: 17 anos

Nível de escolarização: Médio completo

Profissão: comunicador popular

Foto: Sheila Rodrigues

Filha de agricultores assentados, Rosymeire nasceu depois da efetivação do assentamento. Começou a participar das atividades do MST por meio dos encontros e grupos de jovens nos assentamento e em espaços estaduais. Ela permanece fazendo o programa de rádio. “Eu comecei nos encontros de jovens, nas lutas eu sempre estava presente”.

A jovem explica que se mantém informada por meio de sites de notícias como: Agência NP Notícias, sites do MST, rádio e televisão. Entre as atividades de que mais gosta de fazer, está o trabalho diário e voluntário na rádio do assentamento. Seu programa, “falando aos corações” vai ao ar de segunda à sexta a partir das 17 h.



Mariana dos Santos Paiva

Idade: 19 anos

Nível de escolarização: nível médio

Profissão: estudante Curso Técnico em Saúde Ambiental

Foto: Arquivo pessoal

Mariana atuou na rádio desde que foi ao ar em 2007. Ela se retirou do programa em 2012 quando saiu para estudar no curso técnico em saúde ambiental. Filha de um agricultor e uma professora formada em Licenciatura na Pedagogia da Terra²⁷, ela começou a trabalhar na rádio depois de participar da oficina realizada pelo setor de comunicação. Sua atuação no MST se deu depois de atuar na rádio, mas ela disse que já tinha vontade de participar porque a mãe participava dos encontros do setor de educação do movimento.

²⁷ Curso de Pedagogia realizado em parceria com UFRN, Incra e Pronera.

“Eu sempre quis participar, mas não sabia como. A mãe sempre falava e ia para as reuniões, aí quando surgiu a rádio. Em 2007, eu fui para o primeiro encontro. Aí todos os encontros eu queria estar”, explica.

Depois da atuação na rádio passou a contribuir com a secretaria da movimento na região. Foi monitora de projetos e por motivo de problemas políticos pensou em ir trabalhar fora. “Depois, eu percebi que existem momentos difíceis, mas o amor à luta sempre continua”. Atualmente, Mariana está concluindo o Curso Técnico em Saúde Ambiental.

A jovem diz que uma das coisas que mais gosta de fazer é ler livros, mas também acessa a internet na escola do campo, blogs, site do MST, TV, rádio. Mariana ressalta que depois que concluir o curso pretende voltar a fazer um programa na rádio. O curso encerrou em novembro de 2013.



Maria Evilania Rodrigues Pereira

Idade: 23 anos

Nível de escolarização: superior incompleto

Profissão: monitora (educadora no Programa Mais Educação)

Foto: Arquivo pessoal

Evilania também é filha agricultores assentados. Atuou como militante do MST e começou a trabalhar na rádio depois da participou da capacitação realizada pelo movimento. Na rádio, ela atuou em dois programas de rádio, mas se retirou devido a problemas de saúde. Segundo ela, não teve dificuldade para atuar na rádio por já ter tido experiência como militante.

Atualmente, a jovem mora na comunidade dos Paus Brancos onde trabalha na escola como monitora do projeto Mais Educação. Ela acredita que a rádio serviu para potencializar a organização das mulheres. “A rádio ajudava a fortalecer os grupos de mulheres que existia no assentamento”.

**Maria Auderice Rodrigues da Silva****Idade:** 41 anos**Nível de escolarização:** superior incompleto**Profissão:** bolsista no Projeto Fossa Verde

(tem 8 filhos)

Foto: Arquivo pessoal

A agricultora e estudante de Serviço Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Auderice é natural de Quixeramobim. Filha de agricultores do assentamento vizinho passou a morar com pai no assentamento Maraquetá. Em 1998, ela começou a atuar no MST pela região de Quixeramobim. Em 2000, ela passou a morar no assentamento 25 de Maio. Atuou como militante de 2000 a 2010 nos setores de frente de massa e educação. Atualmente é bolsista no projeto Fossa Verde²⁸ e voluntária na escola do campo.

Para se atualizar ela acessa sites, escuta a rádio, assiste a televisão. Auderice nunca atuou em um programa da rádio, mas é bastante ativa nas atividades da comunidade. Ela demonstra interesse em participar da comunicação no assentamento. “Se um dia eu for fazer um programa, quero fazer de informação. Na hora que tiver uma nova oficina de comunicação e sou uma das inscritas”.

²⁸ O projeto “Fossa Verde” é fruto da parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). O projeto consiste na criação de fossas ecológicas que não contaminam o solo.



Ananélia de Almeida Silva

Idade: 19 anos

Nível de escolarização: Superior incompleto

Profissão: estudante do Curso Técnico em Saúde Ambiental

Foto: Arquivo pessoal

Ananélia nasceu no assentamento 25 de Maio. Sua participação no MST começou devido à rádio. Ela fez o programas Sem Terrinhas em ação. Depois da rádio, ela começou a participar de outras atividades como os encontros de jovens.

Ela não descarta a possibilidade de voltar para a rádio “pode até ser que eu volte, mas depende da organicidade, pois ficar lá sozinha é meio chato”. A jovem que está grávida diz que o ato de ser mãe não vai lhe atrapalhar, caso volte para a rádio.



Rita Monteiro de Sousa

Idade: 60 anos

Nível de escolarização: 7º série

Profissão: Agricultora (4 filhos)

Foto: Sheila Rodrigues

Rita Monteiro é natural de Quixeramobim, mora no assentamento desde 1989. Neste período já era sócia do sindicato e participava da luta pela terra na região. Participava de reuniões, mobilizações. “A gente ia para as manifestações reuniões, encontros do movimento”. Não participou da oficina de comunicação, mas aceitou o convite para fazer o “Santo Terço” a convite do Lázaro.

Para se informar, Rita diz que utiliza a rádio, a TV, mas não tem acesso à internet. Ela diz que não gosta das tarefas domésticas. “Eu gosto mais da lavoura do que das tarefas de casa”. Com relação à rádio, diz que se tivessem alguém que a ajudasse ela retornaria com seu programa.

3.3 As relações de gênero na família

Quando pedimos para as mulheres descreverem em um mini diário sobre as relações de gênero em casa e uma avaliação sobre a participação das mulheres na comunidade e no MST, percebemos uma diferença nas respostas que variavam dependendo da idade e da inserção em atividades organizativas do movimento, da rádio e do próprio assentamento.

As mulheres que já têm uma formação política devido à participação, demonstraram uma percepção que vai ao encontro da busca por igualdade no lar como, por exemplo, a divisão de tarefas domésticas na casa com os homens, o que quebra de certa forma, com a divisão sexual do trabalho, típica das relações de gênero que separam as funções femininas e masculinas.

Isso fica evidente no depoimento de Auderice:

Eu fui criada de uma forma que era determinado que mulher fazia isso e homem fazia aquilo, mas hoje eu crio meus filhos de maneira diferente. Os direitos são iguais e todos fazem de tudo, lavam, passam, cozinham, lavam a louça, varrem o terreiro etc. (Depoimento escrito no mini diário).

Evilania, que já atuou na militância do MST, também fala da divisão de tarefas, mas evidencia o termo ajuda. “*Ele me ajuda nas tarefas de casa e quando eu posso ajudo ele nas suas tarefas*”. Aqui, inconscientemente ela repete a concepção da divisão sexual do trabalho. O trabalho doméstico como tarefa da mulher e a atuação do homem vista como ajuda. Da mesma forma, o trabalho externo, da roça, por exemplo, é tido como função masculina e atuação da mulher, historicamente, também, é vista como ajuda.

Na minha casa todo mundo faz sua obrigação. Todos ajudam uns aos outros. Meu pai é responsável pelos trabalhos da roça e o trabalho com os animais. Minha **mãe trabalha em casa** e eu ajudo nas tarefas domésticas. Meu irmão também ajuda no que pode (Depoimento escrito no mini diário).

Neste relato, a visão se torna mais evidente. Nesse depoimento, o que chama atenção é que apesar de estar claro a divisão sexual do trabalho, as atividades domésticas são reconhecidas como trabalho.

3.4 Mulheres refletindo sobre a própria prática

Nesta etapa da pesquisa, realizamos atividade conjunta com as mulheres da comunidade Quieto. Na primeira parte do trabalho, fizemos o acompanhamento do programa “Falando aos Corações”, programa romântico um dos que está em funcionamento e por ser realizado por uma mulher. Depois realizamos visita em algumas casas, conversas informais, oficina e anotações.

A ideia de fazer uma oficina surgiu da preocupação do que fazer diante das dificuldades em que se encontra a rádio. Apenas uma mulher permanece fazendo o programa, no entanto, não poderia desconsiderar a experiência das mulheres que deram a contribuição na rádio. Outra motivação foi com relação ao que essas mulheres têm a sugerir, quais as críticas entre outros aspectos.

Antes de ir para o assentamento conversei com a orientadora sobre a oficina. A partir de então, entrei em contato com algumas mulheres, que atuam na escola, via internet, para avisar do meu retorno à comunidade. Apesar da distância, ir para o assentamento foi bem tranquilo. O fato de já ter morado na região faz com que eu tenha facilidade em ser acolhida pelas famílias. A militância da região também foi avisada da minha ida ao assentamento.

A oficina aconteceu na sede da cooperativa. É nesse local onde está instalada a rádio devido a localização e pelo fato de ser um espaço destinado ao coletivo. O prédio serve, ainda, como lugar de reuniões, alojamento para visitantes e refeitório para os cursos que acontecem na comunidade. O prédio é central, por isso o motivo da escolha para sediar a rádio. Durante os dias em que estive no assentamento me hospedei-me no alojamento da cooperativa. A receptividade das famílias é sempre acolhedora.

O objetivo da atividade era debater a atuação da mulher na rádio e no assentamento 25 de Maio. Para isso, reunimos algumas companheiras²⁹ que atuaram na programação da rádio e

²⁹ Por ser militante do MST e já ter atuado como dirigente no assentamento, entre os anos de 2005 a 2007, considero as mulheres do assentamento como companheiras.

outras lideranças da comunidade. Achei importante para a preparação da oficina, explicar os objetivos, os motivos da escolha e a metodologia utilizada na oficina.

Na comunidade Quieto, as famílias moram próximas umas das outras, isso facilitou as visitas e o convite de casa em casa. No dia e hora marcada, compareceram todas as convidadas, com exceção de Eliane, professora que fazia programas sobre educação e o santo terço. Compareceu a reunião: Mariana, Ananélia, Evilania, Rita, Rosymeire, Gorete, Auderice e Antônia.

Apresentei o tema, os objetivos da pesquisa e a proposta de mini oficina e do debate em torno de questões relevantes para a compreensão do papel da mulher na experiência de comunicação de assentamento.

Tivemos alguns pontos norteadores para o debate. No decorrer, tornou-se uma conversa espontânea para avaliações, críticas e sugestões. Levantamos algumas questões como, por exemplo: Como elas se sentiam ao fazer parte da rádio? Que tipo de programa faziam parte? Ao fazer os programas pensavam sobre as questões de gênero (ou da mulher)? De que forma a rádio pode contribuir para a valorização e a participação da mulher?

Na segunda parte, que chamamos de momento audição, selecionamos três músicas que já tocaram na rádio para discutir as letras e, para finalizar, fizemos um mini diário onde todas puderam escrever ou falar sobre como veem a participação da mulher no assentamento, o que acham da participação da mulher no MST e como é a relação de gênero na casa: com filhos, filhas, marido e irmãos.

Um dos momentos mais interessantes da oficina foi conversar sobre a história e experiência individual das mulheres na rádio. Todas, sem exceção, reconhecem a importância da rádio para o assentamento, demonstram ter gostado da atuação na rádio e lamentam que o veículo de comunicação passe por problemas.

Dona Rita, 60 anos, fez o programa religioso “O santo Terço”, mas devido a problemas com a falta de coordenação e planejamento, o programa permanece parado. Ela conta que a maioria das ouvintes eram mulheres. “Eram só as mulheres que ligavam porque homem não liga para essas coisas de religião não. Homem só liga pra pedir brega, forrozão”. (Dona Rita durante a oficina realizada em 16 de julho de 2013).

A fala da dona Rita mostra como o programa com público definido faz falta no cotidiano delas. Mesmo sendo um programa destinado à religião³⁰, não deixa de ser um espaço importante de aprendizado e consciência da importância da mulher na comunicação. Dona Rita lembra com saudades.

Eu fazia o santo terço e era muito bom. O povo ficava ligando, pedindo oração na hora do terço. Era bom, mas infelizmente foi preciso parar porque eu não sabia mexer e nem as pessoas queriam ir, e foi isso aí que me fez parar. Quando eu fazia o programa me sentia satisfeita né (depoimento da dona Rita em 16 de julho de 2013).

As comunicadoras passaram por capacitações técnicas antes da implantação da rádio, mas algumas pessoas, principalmente as de mais idade, têm dificuldade de utilizar os equipamentos como mesa de som e computador. Ainda hoje o comunicador Pepino, que faz o programa “Manhã no Campo”, conta com a ajuda de outra pessoa para programar as músicas a serem utilizadas no programa e soltar vinhetas.

Maria Evilania Rodrigues explica que uma das coisas mais interessante em trabalhar na rádio é a possibilidade de se expressar para um público grande.

Tem também a questão da oralidade né. Muitas vezes você tem vergonha de falar em público e, através da rádio, você perde a vergonha porque desde o momento que você começa vai tendo vergonha, mesmo que não tenha ninguém lhe olhando. Mas você sente aquele receio, aquele medo, né, de errar alguma palavra e com um tempo vai se adaptando e perdendo aquele medo de falar em publico, se expressar (Depoimento Evilania em 16 de julho de 2013).

A timidez a qual Evilânia se refere ocorre porque a fala em público é algo que historicamente é destinada aos homens. A mulher durante séculos ficou restrita a esfera privada, à casa. Falar para muitas pessoas se tornou para as mulheres da rádio o resultado de um exercício diário, já que o discurso é algo socialmente construído. Dentro da comunicação, não é tarefa comum lidar com equipamentos. Homens também podem ter dificuldades em lidar com a técnica, porém culturalmente poder ser mais desafiador para as mulheres.

Mariana Paiva diz que era empolgada com a tarefa e gostava dos desafios. “Era uma coisa que, quanto mais eu fazia, mais tinha vontade de fazer. Eu gostava de está participando porque tinha as reuniões. Eu achava interessante no início. Ainda acho, mas a organização é que não é a mesma”. Ela explica mais sobre a experiência.

³⁰ Religião e gênero daria um longo debate, principalmente, porque, historicamente, legitimou-se através da igreja o papel submisso da mulher. Porém, nesta experiência especificamente vamos tratar apenas da participação no programa.

Eu peguei um programa que era mais pesado que O Show da Reforma Agrária. Foi um dos programas que eu mais me desafiei a fazer. É difícil você pegar um texto e debater aquilo, para quem nunca tinha feito nenhum tipo de programa, pegar logo esse. Eu tinha que debater, analisar o texto. O Lásaro trazia o material pra mim. Era difícil (Depoimento Mariana em 16 de julho de 2013).

Rosymeire Rodrigues é a única mulher que permanece fazendo o programa (Falando aos Corações). Ela é enfática. “Eu trabalho na rádio porque eu gosto. Nada mais que isso”. E diz que os problemas da rádio afetam a qualidade dos programas, e explica, “no começo é como as meninas já falaram. Tinha mais organização. Eles (coordenação da rádio) diziam, não pode tocar essa música porque está desvalorizando a mulher. Hoje em dia não tem mais isso”, explica Rosymeire, que fala sobre as reuniões e debates que aconteciam sobre o conteúdo da programação.

As limitações que a rádio 25 de Maio passa não são exclusividade somente desta experiência. Peruzzo (1998, p.149) aponta onze limitações da comunicação popular, são elas: 1. Abrangência reduzida, 2. Inadequação dos meios, 3. Uso restrito dos veículos, 4. Pouca variedade, 5. Falta de competência técnica, 6. Conteúdo mal explorado, 7. Instrumentalização, 8. Carência de recursos financeiros, 9. Uso emergencial, 10. Ingerências políticas e 11. Participação desigual.

Em compensação a autora identifica doze aspectos positivos nas experiências de comunicação popular, são eles: 1. Diversificação dos instrumentos, 2. Apropriação dos meios e técnicas, 3. Conquista de espaços, 4. Conteúdo crítico, 5. Autonomia institucional, 6. Articulação da cultura, 7. Reelaboração de valores, 8. Formação das identidades, 9. Mentalidade de serviço, 10. Preservação da memória, 11. Democratização dos meios e 12. Conquista da cidadania (PERUZZO, 1998, p.155).

Dos problemas apontados, a rádio 25 de Maio mostra maior debilidade, atualmente, com relação a pouca variedade de conteúdo, no uso restrito do veículo de comunicação e na carência de recursos financeiros. Nos aspectos positivos podemos citar: conquistas de espaços, autonomia institucional e democratização dos meios. Os demais aspectos necessitam de uma efetiva organização para concretizar-se.

A autora chama atenção para a importância da comunicação popular estar inserida dentro das ações dos movimentos sociais e, para que tenha sucesso é necessário um acompanhamento de perto por parte da organização política. “A comunicação popular não faz

isso por si só, mas apenas se estiver inserida na dinâmica dos movimentos, gerando a partir deles e, como consequência, caminhando na mesma direção por eles apontada” (PERUZZO, 1998, p. 158).

Nesse ponto vale a pena chamar atenção para uma retomada urgente do MST na condução da rádio por parte do movimento e do assentamento. Uma ferramenta de comunicação não consegue dar conta sozinha de fazer cumprir seu papel social sem o envolvimento comprometido dos atores sociais. É importante atentar para a importância de envolver estudantes e integrantes da comunidade para fortalecer a rádio.

3.5 Programas musicais: reflexões sobre o discurso machista das canções

Como já foi dito anteriormente, a mídia constrói, simbolicamente, a imagem da mulher. Nosso desafio foi discutir na oficina de que forma a rádio 25 de Maio retrata a imagem feminina por meio da sua programação. Durante a oficina, conversamos sobre o conteúdo dos programas musicais, a maneira como são escolhidas as músicas e de que forma elas percebem a violência simbólica.

Começamos pedindo para que apontassem alguma música que retrate essas questões. Segundo as mulheres, uma das músicas de forró mais pedidas nas rádios e, também na 25 de Maio, é a intitulada “Senta, senta, Ana Tereza”, da banda de forró Bota Pra Moer. Ananélia diz: “tem uma música que todo dia as pessoas pedem é aquela “Tereza”. Todo dia toca na rádio parece que é de propósito”. A partir dessa primeira música o debate se estendeu. A letra tem duplo sentido, fica mais nítido ao ser ouvida, e faz referência a gestos sexuais quando, na voz masculina, se canta.

Fica só descendo, fica só subindo.

Fica só mexendo, fica se bulindo.

Ó mininazinha maluvida.

Ana Tereza é danada demais.

Mando ir na frente ela quer ir atrás,

Se é pra subir ela quer descer.

Só quer desobedecer.

Senta, senta, Ana Tereza (4x)

Tá de castigo viu nega!

A letra repete-se por várias vezes, num total de 3 minutos em média. No discurso musical, a letra do forró e as coreografias, feitas por mulheres que dançam seminuas no palco, fazem alusão ao sexo de forma explícita. Para Alencar (2012, p.12). “em quase todas as narrativas presentes no discurso líteromusical, bem como nas cenografias e coreografias que compõem estilo pop do Forró eletrônico, o sexo é o tema central”.

Braga (2012) *apud* Bourdieu (2003), analisa como as desigualdades de gênero são justificadas através dos sistemas simbólicos em que caracterizam a mulher como um ser inferior e explica.

Como aspectos biológicos foram utilizados para justificar determinadas diferenças entre mulheres e homens que, na verdade, são forjadas por uma relação de gênero constituída culturalmente, em que o masculino se impõe ao feminino através de um poder que, em sua essência, é simbólico. A relação sexual é, portanto, uma relação social de dominação (BRAGA, 2012, p. 7).

Ananélia diz que quando ela comandava um programa, elas conseguiam ter mais controle sobre o que era veiculado. “Quando as pessoas pediam aquelas músicas mais extravagante eu dizia que não podia está tocando. As músicas que desvalorizam a mulher não são permitidas na rádio”.

Como a maior parte do tempo a rádio fica programada, prevalece a vontade do ouvinte em ouvir o que quer e sem o processo trabalho de gostos musicais que a rádio se propôs inicialmente.

Rosymeire fala que até no programa dela, que tem caráter romântico, as pessoas pedem essa música. “No meu programa o pessoal pede “o senta na Tereza”, sabendo que é um programa romântico. Eu não toco não”, afirma.

Outra música que já tocou na rádio e que serviu de debate foi a música de forró “Samara” da banda Solteirões do Forró. Dessa vez a música retrata a violência contra a mulher. Em um dos trechos à letra diz “ó Samara, deixa eu bater na sua cara e te chamar de otária”, entre outros discursos podem ser lido abaixo.

*Coisa linda, famosa, Samara
Deixa eu bater na sua cara
E te chamar de safada
E fazer amor, fazer amor, fazer amor*

*Coisa linda, famosa, Samara
Deixa eu bater na sua cara
E te chamar de safada
E fazer amor, fazer amor, fazer amor*

*Bonita e charmosa,
Gatinha dengosa
A Samara trai, você não quer mais
A Samara trai*

*Um beijo ardente
Olhar de serpente
A Samara trai, você não quer mais
A Samara trai*

*Ô Samara, ô Samara, ô Samara
Porque você me trai?
Porque você me trai?(bis).*

Maria Auderice Rodrigues, 41 anos, explica que em uma das aulas da escola na comunidade, a letra da música “Samara” serviu de estudo em sala de aula.

Fomos estudar o significado da letra. Nossa senhora! Principalmente, as mulheres ficaram revoltadas. Às vezes você nem se liga na letra da música. Às vezes pelo balanço, pelo forró, pela melodia, por tudo. Então ali acham que é uma música belíssima, mas sobre o conteúdo as pessoas nem se tocam (Depoimento Auderice m 16 de julho de 2013).

As mulheres reconhecem que a falta de maior debate sobre o assunto e de uma equipe organizada na rádio faz com que o veículo reproduza as músicas machistas que expõem as mulheres a situações vexatórias como a exposição da sexualidade, a submissão, o incentivo à violência e a redução da mulher como mero objeto. Elas acreditam que essa situação só se agravou devido à falta de organicidade interna na rádio e à falta do acompanhamento político por parte do assentamento e do movimento.

Outro fator, segundo Mariana, é a alienação. “A mulher sabe que a música não é legal, mas ela pede. Vai muito da consciência da pessoa. Da alienação que ela tem. Às vezes ela

nem percebe o que tem na letra e pede a música”. Esse comportamento das ouvintes caberia uma análise mais profunda sobre como as mulheres lidam com a violência simbólica.

Sobre essa questão Braga e Maciel (2012) fazem uma análise sobre os receptores de “fórró eletrônico”, alienação e indústria cultural.

Esses sujeitos são, rotineiramente, alijados à condição de “receptores passivos”, “alienados”, “doutrinados”, quando, na verdade, eles consomem a partir de suas subjetividades. Sob a perspectiva da discussão de gênero, a análise da música massiva brasileira demonstra-se salutar, uma vez que gêneros musicais como o fórró eletrônico mobilizam milhões de pessoas em todo o País e, mais especificamente, no Nordeste brasileiro, difundindo massivamente representações acerca do que é ser mulher e homem. (BRAGA e MACIEL, 2012, p. 4).

De acordo com os autores, “essa categoria está imbricada a um sistema relacional homem-mulher, a partir da qual se constroem relações de assimetria e opressão entre os sexos”. Desse modo, as representações de gênero são construídas de forma que se valorizem os homens como os “machos” e as mulheres objetos.

Em depoimento, Mariana Paiva lamenta que a rádio tenha chegado à situação atual. Ela explica como se sente.

Primeiro eu fico triste porque tem todo um assentamento por traz da rádio. A rádio não é só da comunidade Quietó. Fico triste em saber que tem todo um movimento que era para está apoiando a rádio e, na verdade a gente não vê esse apoio. Dizem lá que as rádios são importantes para o MST. E, muitas vezes, a gente não tem esse apoio do movimento e do assentamento. Já foi falado mil vezes que ia ter o ponto da rádio nas reuniões do conselho do assentamento e não foi nem tocado no ponto. Fico triste porque as pessoas do próprio assentamento não valorizam o meio de comunicação que têm. (...) Eu fico triste porque as pessoas me perguntam sobre a rádio e fico triste. Porque você vê que não tem o apoio das pessoas. (Depoimento Mariana na oficina realizada em 16 de julho de 2013).

Para Lázaro, com respeito à grade musical, precisa-se de uma triagem “e escolher músicas dignas para os ouvintes e para a classe trabalhadora. Podemos dizer que algumas músicas são um verdadeiro lixo cultural, por isso que precisamos escolher melhor o que vamos tocar nesta emissora”³¹.

No caso da rádio 25 de Maio, podemos perceber que se não tem uma condução coletiva e comprometida, a rádio pára de cumprir seu papel de formador e conscientizador. Passa a ser um mero equipamento, enfraquece seu potencial transformador.

³¹ Entrevista por e-mail cedida por Lázaro. Ele foi coordenador da rádio e atualmente trabalha numa rádio comercial de Madalena.

3.6 Como a comunicação pode fortalecer a participação e valorização da mulher

Apesar de todos os problemas já citados, não faltam ideias ou sugestões, por parte das mulheres, para que a rádio possa se reerguer e cumprir com seu papel estratégico, inclusive de valorização e incentivo à participação da mulher. Para Ananélia, o primeiro passo para a rádio poder contribuir com a valorização da mulher é ter o envolvimento delas. “Agente tinha que ter mais a participação das mulheres”.

Eu acho que as portas da rádio estão abertas para quem quiser para qualquer uma, independente se ela seja criança, idosa, jovem, adolescente. Acho que não precisa ninguém está correndo atrás. Ela mesmo tem que ter atitude de vim até a rádio e isso é uma das coisas que elas não têm e que elas não procuram a rádio. (Depoimento durante oficina realizada em 16 de julho de 2013).

Audericie Rodrigues sugere que haja uma organização da rádio.

Eu acho que tinha que ser revista muita coisa né. Por conta que só tá a Meire de mulher na rádio. Então eu acho que teria que preencher mais esses espaços da programação, com mais informativos, mas propagandas, mas noticiários, mais informações sobre as lutas do movimento, sobre o que tá acontecendo. Sobre as conquistas do movimento sabe. Tinha um programa na rádio que era o Reforma Agrária em debate que era um programa muito bom (Audericie Rodrigues durante oficina realizada em 16 de julho de 2013).

Evilania vai além, e sugere um programa destinado às mulheres “eu acho que se existisse um programa de debate que valorizasse as mulheres, que fizesse algum debate na rádio seria uma forma de se trabalhar a conscientização. Se existe organização né porque a rádio tá meio desorganizada”.

Mariana relata que numa rádio como a 25 de Maio dá para realizar diversas iniciativas que potencializem a participação e valorização da mulher.

Eu acho que de várias formas. Uma propaganda, por exemplo. Eu acho que esse era o momento que, se as mulheres valorizassem, se tivesse uma organização maior, acho que dava para essa rádio ter uns programas legal em relação à valorização da mulher. Seria muito importante se tivesse pessoas para contribuir na rádio, fazer um programa que fale sobre a mulher, porque ela é importante pra comunidade (Depoimento durante oficina realizada em 16 de julho de 2013).

Alguns temas seriam importantes de serem abordados pela rádio a fim de potencializar a valorização e o protagonismo feminino, alguns poderiam ser: a participação das mulheres nos espaços de poder, como a maior inserção nos espaços de decisões, por exemplo, o

conselho do assentamento e as associações; a saúde da mulher; mulher e violência doméstica; aspectos econômicos como, os pequenos negócios e a gestão das finanças e outros assuntos que afligem as mulheres na zona rural, por exemplo, o problema com drogas (alcooolismo).

Neste sentido a luta específica da mulher contra a situação particular de sua opressão, e desta forma a afirmação de sua singularidade enquanto mulher é também o potencial de superação desta opressão e a reafirmação do ser humano em sua integralidade genérica. Podemos dizer que a luta específica e particular da mulher é uma mediação particular concreta da luta genérica pela emancipação humana. É neste contexto que devemos compreender a afirmação que nos diz que não haverá libertação dos trabalhadores se não houver a libertação da mulher (Boletim 2013, p. 18).

Outro aspecto fundamental para a valorização da mulher é a criação de grupos de mulheres ou fortalecimento dos grupos existentes. Nesse caso, seria importante que esses grupos perpassem as questões políticas, pessoais, religiosas, pois se referem à configuração da identidade feminina. Essa é uma das características necessária para a comunicação popular.

De acordo com Peruzzo (1998), os movimentos recentes têm sido mais abertos à participação feminina o que enriquece ainda mais a luta dessas organizações.

Os movimentos atuais têm aberto caminho: Não querem fazer da mulheres homens, mas propõem uma maneira de ser, ver, fazer, conviver e decidir até como uma contribuição aos homens, que também poderiam liberta-se de suas viseiras no mundo masculino vigente do poder e do prestígio. Já não se trata de igualar-se ao dominador, mas de negá-lo como matriz da própria dominação, o que também já é uma maneira de libertá-lo de sua condição de dominador (PERUZZO, 1998, p. 71).

Para Peruzzo, (1998, p. 59). o papel dos meios de comunicação popular é entre outros, difundir os valores do movimento como ressalta.

A ideia de movimento social, arraigada na sociedade, ajuda-nos a observar a dinâmica do afirmar-negar, do fazer- refazer, do criar- reproduzir, em vários campos da vida social. As organizações sociais populares participam ativamente desse processo, configurando novos valores, ao mesmo tempo que, assimilam outros da cultura onde estão inseridos, muito embora isto não seja um privilégio delas.

Essa reflexão se aplica à vida das mulheres na comunicação, pois tem sido na rádio, nesse estudo especificamente, que as mulheres podem exercitar a dinâmica do aprendizado, da crítica, da negação e da construção e reconstrução de sentidos simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sem feminismo não há socialismo!”

A participação das mulheres em rádio comunitária tem destaque no Ceará com a atuação de mulheres, na maioria mulheres jovens, na programação da rádio 25 de Maio. Desde o início, a rádio contou mulheres e, atualmente, mantém um programa diário feito por uma mulher. O número reduzido da programação e de comunicadores é resquício do período difícil que a rádio vem enfrentando, como já analisamos anteriormente.

Uma questão que merece destaque na experiência da rádio 25 de Maio é com relação aos programas musicais em que as mulheres demarcam seu espaço, tanto na programação como no debate sobre o conteúdo a ser veiculado, uma tarefa que não era fácil, tendo em vista o poder que a cultura de massa incorporada na música tem.

O processo de mudança sobre o gosto musical dos ouvintes se deu, por um período, maneira gradual e, funcionou como um tipo de negociação em que os e as locutoras sugeriam outras músicas menos agressivas ou de coisificação da mulher ou até mesmo diziam não dispor da música solicitada. É claro que esse processo foi comprometido, mas pode ser considerado como uma estratégia importante de negociação com o ouvinte.

Apesar do posicionamento adotado de criar novos gostos musicais nos/nas ouvintes faltou ao movimento uma atuação de forma mais intensa sobre essas e outras questões já que no discurso ideológico do MST está claro que as transformações sociais devem ser acompanhadas de mudanças culturais. Dênis Morais (2009) diz em seu artigo “A batalha das ideias” que:

Não podemos alimentar falsas ilusões no enfrentamento do poderio midiático. Seria grave erro subestimar a agressividade ideológica, a penetração social e a eficiência mercadológica das organizações de mídia. Trata-se, isto sim, de conceber estratégias criativas e conscientes de difusão e pressão, que se traduzam na ocupação de espaços táticos na sociedade civil por meios alternativos (MORAIS, 2009, p. 4).

Dessa forma, a comunicação deve ser uma importante ferramenta no conflito de ideias e a rádio tem esse poder, pois além de chegar ao público ligado ao movimento, também, consegue chegar a outras pessoas. Dessa forma, consegue, mesmo que de forma desigual, disseminar outras ideias e plantar uma nova consciência.

A rádio comunitária pode ser mais próxima do ouvinte que a rádio comercial, além de outras questões, pela afinidade e aproximação com o locutor. Por existir afinidade entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação.

Uma das questões que merece ser cuidada no processo de construção da rádio é de que a comunicação popular, se não for cuidada coletivamente corre o risco de reproduzir as características da mídia hegemônica, pois não basta o ser alternativo é preciso ser transformador.

Outra questão que merece ser refletida é sobre a necessidade de construir um processo de organicidade da comunidade que fortaleça as potencialidades do veículo como, por exemplo, a formação da consciência das mulheres através da participação na rádio e a contribuição das mulheres para a rádio. O espaço em que a mulher está reflete a maneira de pensar e agir.

Para além do controle das músicas, é preciso construir espaços e programação voltada para a questão feminina. É preciso que a mulher seja compreendida como um ser pensante capaz de realizar programas, não só religiosos e românticos como os de debate político.

Atualmente, somente uma mulher atua na rádio, mas não podemos ignorar todo o processo construído por elas. O fato de ter uma mulher na rádio já dá uma dinamicidade diferente à programação. Mesmo sem estar ativamente na programação, existe um processo afetivo das demais com a rádio, uma ligação que pode ser retomada caso se constitua um processo de reorganização interna.

As mulheres ajudam a produzir esse conhecimento e se constroem no processo. Ainda falta muito a percorrer. Não chegamos ao ideal, mas é importante perceber que até as contradições vão formando as mulheres dentro desse processo, a partir da dinamicidade dentro da realidade do assentamento. Finalmente, posso dizer que a rádio 25 de Maio tem sido um lugar de encontros, conflitos e de aprendizados.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **Apropriações culturais, atos de fala violentos e violência de gênero na constituição do popular**, UECE, 2012.

ALMEIDA, Janaína, ALMEIDA, Cineide, MARQUES, Raquel. **Mulheres e o Espaço Público**. INESP, 2009.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro. Editora DP&A. 2003.

BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder, conflitos sociais no Sertão**: Rio Fundo, 1992.

BARRETO, Helena Martins do Rêgo. **Comunicação: Análise da Rádio 25 de Maio FM, produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, UFC, 2009.

BASTHI, Angélica, Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia / Angélica Basthi (organização e elaboração) Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); **Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia** (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BONENAVE, Juan e Diaz, 1983, **O que é Participação**: Brasiliense, 1983. Em <http://www.odhnet.br/educar/cartilhas/democrac/partcip.htm>.

BRAGA, Robson da silva, **“É dente por dente, olho por olho”**: as disputas de gênero nas letras do forró eletrônico(UFRGS) 2012.

BRAGA, Robson da silva, MACIEL, Camila de Araújo. **Os discursos das “forrozeiras” sobre as disputas de gênero nas letras do forró eletrônico** (UFRGS) 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Pesquisa Participante** (org.), vários autores, 3º reimpr. da 8 ed. de 1990, São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRITO, Thaís, **Comunicação e Movimentos sociais: A imprensa feminina e a imprensa feminista**, UESB, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** – 16º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CADERNOS DO ITERRA, Nº 3.**O MST e a Pesquisa**, Rio Grande do Sul, 2002.

COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO DO MST. **Mulher sem-terra**. São Paulo, ANCA/INCRA, 2000.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebelia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio, (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação-2**. Ed. Reip.- São Paulo: Atlas, 2008.

ESMERALDO, Gena Galgani, ARAGÃO, Lúcia Maria Paixão, PINHEIRO, Margarida de Sousa, **Ceará no Feminino: As condições de vida da mulher na Zona Rural**. UFC, 2003.

Fábrica de imagens, **Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual**. 2011.

FILHO, José Camilo dos Santos, GAMBOA, Silvio Sánchez (org.) **Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade**. São Paulo. Cortez editora, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 12º ed. São Paulo. Paz e Terra. 2007.

GUINDANI, Joel Felipe, BONASSA, Camila, **A comunicação radiofônica do Movimento Sem Terra: história, panorama e desafios**, Confirbercom, 2011.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira**. São Paulo: Escrita Editorial. LIMA, Marcus Antônio Assis. 2009.

LAGO, Claudia, BENETTI, Márcia,(orgs.) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo – 2º Ed**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção Fazer Jornalismo)

LIMA A. Venício, e LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias: Coronelismos eletrônico de um novo tipo (1999-2004) As autorizações de emissoras como moeda de barganha política**, ProJor. 2007.

MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. **Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2011.

MORAIS, Dênis, **A comunicação na batalha das ideias**, 2009.

MST, **Boletim Mulheres em Movimento: Mulheres Sem Terra na Luta Contra o Capitale pela Soberania dos Povos**, Setor de Gênero, 2013.

MST, **Documentos Básicos da Atuação do Setor de Comunicação**. Linhas políticas.

MST, **Preparar a Comunicação, Agitação e Propaganda**, JAN 2004.

NUNES, Márcia Vidal, **As Rádios Comunitárias nas Campanhas Eleitorais: Exercício da Cidadania ou Instrumentalização (1998-2000)**, Revista Sociologia e Política Nº 22: 59-76 JUN 2004.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Escuta sonora: educação não formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias** / Catarina. Campinas, São Paulo: 2002.

PERUZZO, CiciliaKrohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na Construção da Cidadania** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANDENBERG, Cecilia M.B. **A Violência Simbólica de Gênero e a Lei “Antibaixaria” na Bahia.** 2011.

STRONZAQUE, Janaína, **Mulheres de Luta: As guerreiras do MST,** Le Diplomatique, 2007.

VASCONCELOS, Nayara Maria. **Nós Mulheres: Reflexões sobre o jornalismo feminista mal comportado.** Intercon, 2010.

(mapa assentamento/ fotos/ planejamento oficina)

ANEXO 1 fotos rádio 25 de Maio



Fotos: Rádio 25 de Maio





Foto: sede da Cooperativa do Assentamento onde está instalada a Rádio 25 de Maio (arquivo pessoal)

ANEXO 2 Fotos Oficina



ANEXO 3 Programação da oficina com mulheres.

Apresentação da pesquisa

- Tema da pesquisa: **Rádio 25 de Maio: A Participação da Mulher na Comunicação**
- Categorias: Comunicação / Gênero/ Rádios Comunitárias
- Objetivo:
 - #Analisar como é elaborada a programação da rádio.
 - #Perceber como o conteúdo da programação aborda as relações de gênero, fortalecendo ou não valores machistas e se esses, de alguma forma, consolidam padrões divulgados nos meios de comunicação hegemônicos como: mulher objeto entre outros.
 - #Perceber de que forma as mulheres do assentamento participam, influenciam e são influenciadas pelo conteúdo da rádio.
 - #Contribuir para a reflexão do papel das mídias na valorização das mulheres.
- Metodologia: Pesquisa Participante (Vivência, apresentação, diálogo, questionário aberto).

Conceito Pesquisa Participante

Refere-se a:

“Uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo (Huynh, 1979) que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios –as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas –levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior” (BRANDÃO, org., 2006, p43).

Grupo 1- Mulheres que participaram da programação da rádio.

- 1) Como se sentiu ao fazer a parte da rádio?
- 2) Que tipo de programa fez?
- 3) Ao fazer os programas pensava as questões de gênero (ou da mulher)?
- 4) De que forma a rádio pode contribuir para a valorização e a participação da mulher?

ANEXO 4 Primeira edição do Jornal 25 de Maio

JORNAL 25 MAIO

Órgão Informativo da Empresa Cooperativa 25 de Maio
Madalena, Boa Viagem e Quixorunobim, 04, a 10/12/1989
ANO - I Preço - R\$ 0.50 Nº - 01

**INCRA, PAPP E CEPA DO CEARÁ
MAIS DE MIL ALUNOS
NO MÊS DE DEZEMBRO**

O esforço de capacitação massiva do campesinato encabeçado no Nordeste pelo INCRA do Ceará e outras instituições, alcança cifras anteriormente nunca registradas. Nos dois Laboratórios Organizacionais de Terreno que neste mês de dezembro se realizam nos assentamentos de São Joaquim e Guriú, municípios Madalena e Cruz, respectivamente, se inscreveram mais de mil alunos em cerca de 60 cursos de profissionalização rural. Os laboratórios são patrocinados pelo INCRA, CEPA e apoiados pela EMATERCE, FUNDACE, IDACE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, EPAGE, PREFEITURA DE MADALENA e Movimento dos Trabalhadores Sem Terras. O MST dá seu apoio principalmente ao Laboratório Organizacional de São Joaquim. Os diretores dos Laboratórios, os professores Clodomir Santos de Moraes e Mozart Machado, são do Instituto de Apoio Técnico aos países do Terceiro Mundo, IANTE MUND (organismo internacional) que tem apoiado os Laboratórios Organizacionais das EMATER de Mato Grosso, Rondônia, INCRA de Pernambuco e do MST do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No Laboratório de São Joaquim, participam também, instrutores do Centro de Estudos de Ação Social - CEAS da Bahia, Instituto de Pesquisa e Assessoria Regional - INPAR do Ceará e MST de Alagoas.


No Assentamento 25 de Maio em Madalena, por exemplo, para juntar todo este povo, os trabalhadores construíram coletivamente, um galpão para 600 pessoas. Durante este mês vão funcionar neste local, 30 cursos profissionalizantes, destinados a formar quadros técnicos para a empresa cooperativa que está sendo formada.

POESIA

Observo muito bem
com muita sinceridade
o encontro que está
havendo
na nossa localidade
os irmãos se reunindo
pra descobrir a verdade

(Iralina)

REUNIÃO NO GALPÃO DOS ASSENTADOS



CURSOS

A partir de quarta feira (05 de dezembro) vão se iniciar os seguintes CURSOS:

- ENFERMAGEM
- VETERINARIA
- PEDREIRO (Construção)
- PROFESSORES PARA EDUCACAO POPULAR
- CULINARIA
- CORTE E COSTURA
- BORDADO A MÃO
- CROCHÊ
- DACTILOGRAFIA
- COMUNICACAO
- ELABORACAO DE PROJETOS

EXPEDIENTE

JORNAL 25 DE MAIO

Diretor Responsável: José Bastos

Editor: Antonio Delfino

Repórteres: Isaltina, Silvelena, Flávio, Mª Lima e Mª Sousa

CONCURSO DE POESIA

Atenção poetas e trovadores, se inscrevam no PRIMEIRO CONCURSO DE POESIA do Assentamento 25 de Maio. Inscrições com a Comissão de Comunicação até 15/12.

Os três melhores trabalhos serão publicados neste jornal e como prêmio o Autor ganhará um livro de Patativa do Assaré. Os resultados serão divulgados no dia 20/12.

PARTICIPEM!

Estamos aqui apresentando o primeiro número do nosso jornal. Ele surge em um momento muito importante. Quando nosso assentamento já se consolidava, dado é fundamental assegurar mais um dos nossos lemas: é preciso produzir. Para isto temos que criar a nossa própria organização, que seja capaz de gerir o nosso empreendimento.

Temos como princípio que só a cooperação no trabalho possibilitará desenvolver o nosso assentamento, garantir a produção e melhorar nossas vidas.

O Laboratório Organizacional é o passo decisivo que estamos dando para alcançar um tipo superior de organização. Dentro dele estamos criando a ECA (Empresa Cooperativa do Assentamento 25 de Maio), que será de agora em diante a empresa que vai administrar e dirigir o nosso trabalho. Enquanto estamos capacitando, através de vários cursos, muitos dos nossos associados para exercerem as funções técnicas que a ECA necessita.

O jornal 25 de Maio, como parte destas atividades, será o porta-voz da ECA. Sua função será informar aos nossos membros e à sociedade como um todo. Também vamos tratar de assuntos diversos. A nossa participação é a mola fundamental do este jornal que agora surge vai incentivá-la.

UMA HISTÓRIA DE LUTA

No dia 25 de Maio de 81, às 21:30hs, partiam de Quixeremobim, Quixadá e Canindé 4 ônibus e 6 caminhões com destino à Fazenda São Joaquim, localizada nos municípios de Madalena, Boa Viagem e Quixeremobim. Neles vinham 346 famílias de trabalhadores sem terra em busca de uma nova vida. Acamparam e reivindicaram do INCRA a aceleração do processo de desapropriação da Fazenda que se arrastava na justiça desde 1986. Com a luta dos trabalhadores e o apoio de sindicatos, Movimento sem Terra, igreja e outros, 22 dias depois a Fazenda estava desapropriada.

São Joaquim era um Fazenda com 22.000 hectares, improdutiva e abandonada após a morte do proprietário. Ali já habitavam 94 famílias de antigos moradores. Com o início do assentamento, os trabalhadores, como novos donos, decidiram logo mudar o nome da Fazenda: de São Joaquim para ASSENTAMENTO 25 DE MAIO, data de novo tempo e esperança.

Hoje no Assentamento 25 de Maio moram 400 famílias que formam grupos de trabalho coletivo em todas as comunidades. Nesses 6 meses, os trabalhadores já fizeram muitas coisas. Construíram estradas, estão construindo suas casas, inclusive fabricando telhas e tijolos para uso próprio. Tem muita terra brocada, preparada para o plantio. Com o surgimento da Cooperativa e com o trabalho coletivo se pretende aumentar a produção e a produtividade para assegurar melhores condições de vida para as famílias envolvidas. Reforma Agrária se faz assim.

- TRABALHADOR UNICO JAMAIS SERÁ VENCIDO -

AUMENTA O RECEIO DE UMA TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

Com a derrubada do Muro de Berlim, resultante da fuga em massa de milhares de cidadãos da Alemanha comunista para o ocidente, abriram-se as perspectivas de reunificação das duas Alemanhas, a capitalista e a socialista. Tais perspectivas estão na proposta do primeiro ministro Alemão Ocidental, Dr. Kohl de formar uma federação alemã. A França e a Inglaterra, que mais lutaram pela derrubada do Muro de Berlim, se mostram agora temerosas diante das possibilidades de reunificação das duas nações alemãs, já que, depois do Japão a República Federal Alemã, constitui o primeiro credor do mundo. Os Estados Unidos vem em terceiro lugar. O receio de uma terceira guerra mundial provém das possibilidades de uma nova aliança, um novo "eixo" Berlim Tóquio, nesse momento em que enfraquece a unidade dos aliados dos Estados Unidos, a economia e a unidade dos países socialistas. Antontem foi assassinado o Presidente da Alemanha mais forte instituição bancária alemã, o Deutsch Bank por terroristas desconhecidos.

+++++

POESIA

Nós estamos nessa terra
Nela vamos trabalhar
Junto com os companheiros
Que acabaram de chegar
Para terminar com a miséria
Que existe nesse lugar

+++++

Não perca este espaço
A N U N C I E

O Jornal 25 de Maio pode divulgar a sua
EMPRESA.

GUERRILHEIROS SALVADORENSES INVADEM A CAPITAL DO PAIS

Depois de dez anos de guerra civil, os guerrilheiros do Movimento de Libertação Nacional "Farabundo Martí" entraram, no mês passado, na capital de El Salvador depois de conquistarem várias províncias do país. Na presente semana, os combatentes do movimento Farabundo Martí ocuparam o Escalon, o bairro mais chic da capital, foram registradas mais de mil mortes entre as forças regulares do governo, os civis e os guerrilheiros.

GANHAMOS ESTA TERRA

Autor: Waldemar Rosa Lopes

Sobre música de Luis Gonzaga "Xote Ecológico"

- 1. Ganhamos esta terra e vamos nela trabalhar
A terra é muito boa, vamos cultivar
Até o presidente, que é José Sarney
Com lei ou sem lei, ele tem que apoiar

Refrão: Eu só desejo a todos que sejam felizes
Que forme um presidente pro nosso país
Formar um presidente que tenha valores
Que seja ao lado do trabalhador.

- 2. Fizemos a caminhada, coisa decidida
Vinhemos ocupar a terra prometida
E encontrar um meio para a alegria
Formar a multidão em uma só família.

- 3. Fizemos a reforma com a união
Se unir é muito bom, escute cidadão
Pegue as ferramentas com mais segurança
Homens e orianças.
E vamos cultivar o chão.

AUMENTA O RECEIO DE UMA TERCEIRA GUERRA MUNDIAL

Com a derrubada do Muro de Berlim, resultante da fuga em massa de milhares de cidadãos da Alemanha comunista para o ocidente, abriram-se as perspectivas de reunificação das duas Alemanhas, a capitalista e a socialista. Tais perspectivas estão na proposta do primeiro ministro Alemão Ocidental, Dr. Kohl de formar uma federação alemã. A França e a Inglaterra, que mais lutaram pela derrubada do Muro de Berlim, se mostram agora temerosas diante das possibilidades de reunificação das duas nações alemãs, já que, depois do Japão a República Federal Alemã, constitui o primeiro credor do mundo. Os Estados Unidos vêm em terceiro lugar. O receio de uma terceira guerra mundial provém das possibilidades de uma nova aliança, um novo "eixo" Berlin Tóquio, nesse momento em que enfraquece a unidade dos aliados dos Estados Unidos, a economia e a unidade dos países socialistas. Anteontem foi assassinado o Presidente da Alemanha mais forte instituição bancária alemã, o Deutsch Bank por terroristas desconhecidos.

+++++

POESIA

Nós estamos nessa terra
Nela vamos trabalhar
Junto com os companheiros
Que acabaram de chegar
Para terminar com a miséria
Que existe nesse lugar

+++++

Não perca este espaço
A N U N C I E

O Jornal 25 de Maio pode divulgar a sua
EMPRESA.

GUERRILHEIROS SALVADORENSES INVADEM A CAPITAL DO PAIS

Depois de dez anos de guerra civil, os guerrilheiros do Movimento de Libertação Nacional "Farabundo Martí" entraram, no mês passado, na capital de El Salvador depois de conquistarem várias províncias do país. Na presente semana, os combatentes do movimento Farabundo Martí ocuparam o Escalon, o bairro mais chic da capital, foram registradas mais de mil mortes entre as forças regulares do governo, os civis e os guerrilheiros.

GANHAMOS ESTA TERRA

Autor: Waldemar Rosa Lopes

Sobre música de Luis Gonzaga "Xote Ecológico"

- 1. Ganhamos esta terra e vamos nela trabalhar
A terra é muito boa, vamos cultivar
Até o presidente, que é José Sarney
Com lei ou sem lei, ele tem que apoiar

Refrão: Eu só desejo a todos que sejam felizes
Que forme um presidente pro nosso país
Formar um presidente que tenha valores
Que seja ao lado do trabalhador.

- 2. Fizemos a caminhada, coisa decidida
Vinhemos ocupar a terra prometida
E encontrar um meio para a alegria
Formar a multidão em uma só família.

- 3. Fizemos a reforma com a união
Se unir é muito bom, escute cidadão
Pegue as ferramentas com mais segurança
Homens e orianças.
E vamos cultivar o chão.
